

MESTRADO

ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS EUROPEUS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

A PARCERIA ESTRATÉGICA UE-BRASIL

ANA SOFIA PEREIRA DE ORNELAS E VASCONCELOS

OUTUBRO DE 2015

MESTRADO EM
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS EUROPEUS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

A PARCERIA ESTRATÉGICA UE – BRASIL

ANA SOFIA PEREIRA DE ORNELAS E VASCONCELOS

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO AUGUSTO DA ASCENÇÃO
MENDONÇA

OUTUBRO DE 2015

“Believe you can and you’re halfway there.”

Theodore Roosevelt

AGRADECIMENTOS

Ao *Professor Doutor António Mendonça*, orientador da presente Dissertação, pelos sábios ensinamentos e sempre presente apoio na elaboração e discussão deste trabalho.

À *Professora Doutora Raquel Patrício* pela constante preocupação, auxílio prestado durante esta longa caminhada e pela tão valiosa partilha de conhecimentos.

Ao *Pai* e à *Mãe* pelo companheirismo, amor e dedicação com que sempre cuidaram de mim durante o meu percurso académico e durante toda a minha vida. Sem eles nada seria possível, nem tão pouco teria significado.

Ao *Rê* e ao *Rafinha* por me preencherem e por me motivarem a crescer.

Ao *Luciano* pela dedicação, apoio e inspiração que é na minha vida.

Aos meus amigos, em especial, à *Enya Dirr*, *Luísa Carvalho* e *Rita Rente*, companheiras de estudo, pela presença, compreensão e amizade.

Ao *Edgard Reymann* pela estima e envio de tão úteis livros à realização deste trabalho.

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para que este objetivo fosse alcançado, um muito obrigada.

RESUMO

O final da Guerra Fria transformou o sistema internacional, anteriormente ditado pelas regras de duas potências hegemónicas, os EUA e a URSS. Com o surgimento de uma ordem multipolar, e com o aparecimento de novos atores emergentes, o Brasil conseguiu, juntamente com outros Estados, obter protagonismo, passando a atuar ativamente na política e na economia global. A UE, por sua vez, procurando alargar a sua esfera de influência, convidou o Brasil para seu Parceiro Estratégico em 2007. O aumento significativo do comércio internacional e do IDE, nas últimas décadas, justifica o interesse e importância do seu estudo aprofundado, no âmbito da PE UE-Brasil. Relevante se torna, por isso, analisar em que medida o recurso à PE resultou num aumento dos fluxos de comércio e de IDE entre a UE e o Brasil. Uma vez que Portugal foi um elemento influenciador nas negociações entre o bloco europeu e o Brasil, reveste-se de especial importância a análise destas variáveis no contexto das relações bilaterais entre estes Estados. Através de uma análise qualitativa, com o recurso a bases de dados, conclui-se que a PE UE-Brasil não surtiu, para já, os pretendidos efeitos no que diz respeito ao aumento do comércio e do IDE entre as partes, nem tão pouco influenciou a sua evolução nas relações económicas entre Portugal e o Brasil, uma vez que a crise económica internacional veio perturbar todo o processo.

Palavras-Chave: Parceria Estratégica; IDE; Comércio Internacional; União Europeia; Brasil; Portugal.

ABSTRACT

The end of the Cold War transformed the international system, formerly dictated by the rules of two hegemonic powers, the US and the USSR. With the emergence of a multipolar order, and with the appearance of new emerging actors, Brazil and other states got a role and started to work actively in the global politics and economy. The EU, in turn, seeking to extend its sphere of influence, invited Brazil to be its Strategic Partner in 2007. The significant increase of international trade and FDI, in recent decades, justifies the interest and importance of this depth study under the EU-Brazil Strategic Partnership. Therefore it is relevant to analyze if the EU-Brazil Strategic Partnership resulted in increased trade flows and FDI between the EU and Brazil. Since Portugal was an influencer element between EU and Brazil, it is of particular importance to analyze these variables in the context of bilateral relations between the Portuguese and Brazilian States. Using a qualitative analysis, through the use of databases, it follows that the EU-Brazil didn't produce effects in the increasing of trade and FDI between the parties, nor influenced its evolution in relations between Portugal and Brazil, since the international economic crisis has upset the whole process.

Keywords: Strategic Partnership; FDI; International Trade; European Union; Brazil; Portugal.

LISTA DE ACRÓNIMOS

- AICEP** – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
- BEI** – Banco Europeu de Investimento
- BD3** – Detailed Benchmark Definition of Foreign Direct Investment: Third Edition
- BIRD** - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
- BRICs** – Brasil, Rússia, Índia, China
- CE** – Comissão Europeia
- CEE** – Comunidade Económica Europeia
- CPLP** – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- EUA** – Estados Unidos da América
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- GATT** – General Agreement on Tariffs and Trade
- IBAS** – Índia, Brasil, África do Sul
- IDE** – Investimento Direto Estrangeiro
- MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul
- NAFTA** – North American Free Trade Agreement
- OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- OMC** – Organização Mundial do Comércio
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PE** – Parceria Estratégica
- PESC** – Política Externa e de Segurança Comum
- UE** – União Europeia
- UNASUL** – União das Nações Sul-Americanas
- UNCTAD** – United Nations Conference on Trade and Development
- URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
2.1 <i>O Comércio Internacional e o Investimento Direto Estrangeiro</i>	3
2.2 <i>Parceria Estratégica</i>	5
3. AS PARCERIAS ESTRATÉGICAS DA UE	8
4. A PARCERIA UE – BRASIL	11
4.1 <i>Evolução das Relações bilaterais UE – Brasil</i>	11
4.2 <i>A Parceria Estratégica de 2007</i>	15
4.2.1 <i>Funcionamento da Parceria estratégica</i>	15
4.3 <i>Motivações brasileiras</i>	17
4.4 <i>Motivações Europeias</i>	18
4.4.1 <i>A emergência do Brasil como ator global</i>	18
4.4.2 <i>A importância do Brasil nos contextos regional e global</i>	22
5. O PAPEL DE PORTUGAL NO ESTABELECIMENTO DA PARCERIA ESTRATÉGICA UE-BRASIL	24
5.1 <i>O relacionamento bilateral entre o Brasil e Portugal</i>	24
5.2 <i>A triangulação Portugal, Brasil e UE</i>	25
5.3 <i>A quadrangulação Portugal, Brasil, UE e CPLP</i>	27
6. A ANÁLISE DO IDE E DO COMÉRCIO DE BENS: OS CASOS UE-BRASIL E PORTUGAL-BRASIL	29
7. CONCLUSÕES	34
BIBLIOGRAFIA	37
ANEXOS	42

1. INTRODUÇÃO

Atendendo à pertinência do estudo do comércio internacional e do IDE enquanto instrumentos necessários à prossecução dos interesses dos Estados que pretendem internacionalizar a sua economia e tornarem-se, desta forma, mais competitivos, reveste-se de particular importância a investigação sobre o estabelecimento da Parceria Estratégica (PE) UE-Brasil, em 2007.

A UE convidou o Brasil para ser o seu oitavo Parceiro Estratégico, uma vez que o Brasil tem assumido um papel relevante no sistema internacional, fruto do seu acelerado crescimento económico. A ascensão do Brasil não escapou ao economista do Grupo Goldman Sachs, Jim O'Neill, que em 2001 cunhou o termo BRICs no seu artigo *“Building Better Global Economic BRICs”*, referindo-se ao Brasil, Rússia, Índia e China, afirmando então que o desenvolvimento destes países era de tal forma acelerado que, em 2050, o mais provável é que ultrapassem as economias mais ricas da atualidade. (O'Neill, 2001)

Por outro lado, o presente estudo justifica-se pelas mudanças que se fizeram sentir desde o momento da assinatura da PE até à atualidade. A UE enfrenta uma crise económica que assola, na generalidade, todos os seus Estados-membros e o Brasil, por seu turno, encara uma dura realidade no que diz respeito à sua situação política e económica, levando mesmo alguns autores a falarem em “declínio relativo”. (Cervo & Lessa, 2014)

Assim, e de acordo com o exposto, a pergunta a que se pretende dar resposta nesta dissertação é: “qual a influência da PE UE-Brasil na evolução das relações económicas, particularmente no que diz respeito ao comportamento dos fluxos de comércio e IDE, entre as partes?”.

Uma vez que a PE foi assinada em 2007, o período de análise será entre 2001 e 2013, por forma a conseguir obter-se os resultados mais consistentes relativos ao comércio e ao IDE, efetuado entre ambos, procurando comparar-se a evolução destas variáveis antes e depois da assinatura da PE.

O objetivo central da investigação é verificar se a PE UE-Brasil alterou, no período de estudo considerado, o comportamento dos fluxos de comércio e de IDE entre as partes. Definido o objetivo central, definem-se quatro objetivos secundários, a saber: quais as motivações que levaram a UE a convidar o Brasil para seu Parceiro Estratégico em 2007; quais as motivações do Brasil em aceitar tornar-se Parceiro Estratégico da UE; qual o papel efetivo de Portugal no estabelecimento da PE UE-Brasil; e, finalmente, qual a possibilidade de existir algum constrangimento na relação Portugal-Brasil-CPLP, proveniente da efetivação da PE UE-Brasil.

Daqui resulta que a hipótese central da investigação é: “a PE UE-Brasil teve influência direta no comportamento dos fluxos de comércio e IDE entre as partes.” Definida a hipótese central, definem-se quatro hipóteses secundárias, sendo estas: a principal motivação da UE em fazer do Brasil seu Parceiro Estratégico, em 2007, foi o reconhecimento da importância do país nos contextos regional e global; a principal motivação do Brasil de Lula, em plena ascensão, em tornar-se Parceiro da UE foi potenciar a sua projeção internacional, designadamente em termos de poder no sistema internacional; Portugal foi o impulsionador da PE UE-Brasil; não existe qualquer constrangimento na relação Portugal-Brasil-CPLP, proveniente da efetivação da PE UE-Brasil.

A presente dissertação terá uma abordagem teórica de *middle range theory*, isto é, uma abordagem teórica pouco abstrata, mas antes concreta e material, já que, no âmbito do conceito central de PE, versando também sobre o comércio e o IDE entre as partes

da PE, não tem cabimento senão um enquadramento teórico de abstração reduzida que permita o tratamento de conceitos concretos e dados empíricos quantitativos. Tal significa que o estudo terá um enquadramento metodológico de carácter neopositivista, ou seja, racionalista. Assim, o método assenta na análise de dados que serão, posteriormente, avaliados qualitativamente para que os objetivos possam ser alcançados.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 *O COMÉRCIO INTERNACIONAL E O INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO*

A economia global ditou as mudanças do antigo paradigma, onde os Estados estavam concentrados na produção de riqueza, preocupados com o que acontecia somente dentro das suas fronteiras.

Na atualidade, a economia dos Estados já não está dependente exclusivamente das suas regras, uma vez que a economia global

deve ser entendida fundamentalmente na sua dimensão qualitativa, enquanto espaço económico integrado produtor de dinâmicas de atracção e de integração hegemónica de outros espaços e de outras realidades económicas periféricas, mas, simultaneamente, produtor de exclusão e marginalização a quem não for capaz de se integrar e de incorporar as suas regras e sistemas de regulação.

In Mendonça (2006), p. 6.

Assim, e de forma breve e concisa, pode dizer-se que ao comércio internacional corresponde a troca de bens e serviços através de fronteiras internacionais.

Fazendo uma breve menção ao século XX, torna-se claro que a crise económica dos anos 1930 trouxe consigo o protecionismo, fazendo deste último protagonista das relações no quadro internacional e, como tal, o comércio entre os países tornou-se quase inexistente. Com o final da Segunda Guerra Mundial, surgiu a reconstrução económica internacional, com base na criação de novas relações de poder político e económico que a guerra havia incentivado.

Foi em 1944, com a Conferência de Bretton Woods, que se estruturou a nova ordem económica internacional, com a decisão da criação do FMI, enquanto provedor de liquidez internacional e moderador de dívidas externas dos países, e com a criação do BIRD, para financiar a reconstrução dos países europeus, destruídos pela Guerra. (Oliveira, 2007)

Em 1947, com a criação do GATT, deu-se a introdução de novas tecnologias, viradas para a produção em escala e para a redução do custo dos produtos. Para a expansão das novas indústrias foi necessário criar um mercado mais amplo, com novas regras de comércio para regular as trocas entre os países, pelo que o GATT, e as suas sucessivas Rondas, adquiriram um papel importantíssimo no comércio internacional. (Amaral, 1995)

Neste sentido, o IDE apresenta-se como sendo um dos aspetos mais dinâmicos do processo de globalização, apresentando valores de crescimento elevado no que diz respeito aos fluxos mundiais, resultado da redução generalizada de barreiras ao investimento, em grande parte das economias. Surge como resultado desta crescente onda de internacionalização dos Estados e das empresas, que procuram estar à altura dos desafios da economia global, buscando aumentar o seu poder e influência no quadro internacional.

Como tal, existe uma panóplia de definições consagradas a respeito do IDE, bem como dos seus pressupostos. De acordo com a definição da 3ª Edição do BD3 (Paris, OCDE, 1996), uma empresa de investimento direto apresenta-se como sendo uma empresa em que um investidor estrangeiro detém pelo menos 10% da participação de capital e pode exercer influência sobre a gestão da empresa recetora. (UNCTAD, 2013)

No que respeita à atratividade das economias em desenvolvimento, incluindo o Brasil, o crescimento, a desregulamentação, a eliminação de restrições relativas ao fluxo de capitais e a abertura a programas de privatização, a partir dos anos 1990, aumentaram notavelmente a entrada de IDE nestas economias. (Amal & Seabra, 2007)

Interessante também é notar a influência de aspetos culturais como determinantes do IDE. Desde os anos 1990 que a menção a outras abordagens, que não apenas a económica, no que diz respeito ao estudo do IDE, tem sido desenvolvida. Aspetos políticos, culturais e históricos também começaram a revelar importância em diversas situações no âmbito da circulação dos fluxos internacionais. (Silva, 2005)

Assim, o IDE assume um papel fundamental na dinamização de uma economia, atuando como estímulo para o crescimento económico à escala global, sendo irrevogavelmente indissociável do processo de globalização.

2.2 *PARCERIA ESTRATÉGICA*

A expressão PE tem assumido relevância crescente nas políticas externas dos mais diversos países, incluindo o Brasil e até mesmo grupos de países, como é o caso da UE. Contudo, esta expressão tem sofrido alterações no que diz respeito ao estudo e análise do seu real significado. Tal se explica pela sua, cada vez mais, frequente utilização visto que existe uma clara necessidade, por parte dos mais diversos Estados e organizações

como a UE, em recorrer a certos relacionamentos bilaterais, por forma a projetarem os seus interesses e agendas, de forma mais impactante, na esfera internacional.

Apesar da associação frequente entre aliança e PE, os conceitos são distintos. As alianças estratégicas têm a sua base realista/neorrealista original fundamentada na área de segurança. (Farias, 2013)

É neste contexto que surge a necessidade de procurar definir um outro conceito – o de PE – que também analisa a associação e interação entre os mais diversos atores, ainda que principalmente os Estados, com um conteúdo mais alargado.

Pode dizer-se que a difusão da expressão PE teve o seu início nos anos 1990, com o desfecho da Guerra Fria e o princípio da globalização. É por volta desta data que se verifica um aumento significativo dos fluxos de capitais e de comércio, que acabam por gerar contatos entre países que, até então, estavam desencontrados no que respeita à política e aos processos de desenvolvimento. É então que se nota um esforço dos países em encontrarem pontos comuns de acordo, por forma a unir interesses e, seguidamente, contatos bilaterais, de base mundial, em temas como a cooperação política, através da realização de fóruns mundiais, e convergência económica, com a introdução dos acordos de comércio e aumento de investimentos. (Lessa & Oliveira, 2013)

Importa, antes de mais, explorar o conceito em análise, procurando defini-lo de forma concreta e enquadrada.

O termo PE é utilizado, nos dias que correm, nos mais diversos campos de conhecimento, como a Economia e Gestão, o Marketing ou a Política Internacional. Na Gestão e Economia, é possível identificar alguns autores que se dedicaram à análise deste conceito.

Relativamente à Gestão de empresas, Kathryn Rudie Harrigan (Harrigan, 1996) considera que uma parceria é qualquer acordo de cooperação entre empresas que

combinam as suas vantagens, procurando sempre benefícios comuns, que advêm dessa mesma cooperação, com vista a aumentar a sua produtividade.

No caso de Nitin Pangarkar e Saul Klein (2001), as alianças estratégicas permitem às empresas alcançar uma panóplia de objetivos, como aumentar a sua presença em diferentes áreas geográficas, partilhar riscos, conjugar competências que se complementam e alcançar massa crítica. (Pangarkar & Klein, 2001)

No caso do Marketing, é possível exemplificar o recurso à PE, com o caso da famosa PE de Toronto, em que diversas agências de segurança americanas e canadianas têm como objetivo combater as práticas ilegais de Marketing. (Farias, 2013)

Por outro lado, pode verificar-se que, na contemporaneidade, o conceito de PE foi-se alargando, não se limitando apenas à relação empresa-empresa, mas também adquiriu muita importância nas relações entre outros atores: Estado-empresa, sociedade civil-empresa, Estado-Estado.

No primeiro caso, salienta-se a situação da crise económica mexicana, nos anos 1990, que funcionou como rampa de lançamento para as relações entre o Estado e as empresas. (Kleinberg, 1999)

No caso da sociedade civil-empresa, pode referir-se o exemplo que sugere Darcy Ashman (2001), no qual as parcerias estratégicas são celebradas entre organizações, pertencentes à sociedade civil, e empresas, em países como o Brasil, África do Sul e Índia. (Ashman, 2001)

No último caso, a relação entre Estado-Estado é o foco desta investigação, ressaltando-se que a UE é entendida como uma organização internacional de carácter supranacional – exemplo único no sistema internacional – formada por vinte e oito Estados.

Concluindo, a realidade contemporânea é que tanto a política quanto o poderio militar dos Estados dependem grandemente do seu sucesso económico, levando os Estados a procurar potenciar, em conjunto, as suas vantagens económicas, especialmente através de parcerias. As relações de cooperação entre estes últimos com os respetivos parceiros estratégicos são dissemelhantes de alianças, uma vez que estas centram a sua atuação no domínio da segurança. Por outro lado, as parcerias podem ser estabelecidas num ambiente de insegurança, porém são criadas e articuladas segundo uma perspetiva de futuro, de percepção de oportunidades. (Hont, 2006)

3. AS PARCERIAS ESTRATÉGICAS DA UE

O debate acerca das parcerias estratégicas da UE apresenta-se como sendo, talvez, um dos passos mais importantes no que diz respeito à sua política externa, conduzindo a UE a uma Europa mais globalizada. Ainda que as Parcerias Estratégicas não figurem como um conceito uniforme para todos os casos, refletem a vontade da UE de ser parte integrante do sistema global atual. (Gratius, 2013)

Todas as PE da UE surgem em paralelo com a sua política externa comunitária, procurando sempre seguir a lógica de aprofundamento da integração. As parcerias têm por objetivo criar ligações fortes com eventuais potências globais, visam a promoção do multilateralismo e procuram tratar os principais temas da agenda internacional. (Silva, 2011)

Segundo Eugênia Barthelmess, diplomata brasileira, o termo PE, neste contexto, pode ser definido como um *“relacionamento bilateral singularizado, de característica privilegiada que a União Europeia estabelece com cada um dos integrantes de um determinado grupo de terceiros países, definidos em função da importância do papel que desempenham no cenário internacional.”* (2008, *apud* Silva, 2011; 6)

No contexto europeu, o recurso ao termo PE é recente e começou a ser utilizado aquando da perceção, por parte UE, de que alguns dos países com quem mantinha relações, eram relevantes ao ponto de serem considerados estratégicos e prioritários. Em particular, as atuais dificuldades sentidas na UE, com a crise económica, redefiniram os interesses europeus, alocando os interesses económicos como prioridade na sua agenda.

Desta forma, podem distinguir-se três vagas de parcerias estratégicas que a Europa Comunitária estabeleceu com os mais diversos países. Uma primeira vaga diz respeito às parcerias estratégicas com os EUA, Canadá e Japão, considerados os tradicionais aliados e parceiros da então CEE. A segunda vaga corresponde às tentativas do bloco europeu em estabelecer parcerias estratégicas com outros blocos de carácter regional e de integração, durante a década de 1990, embora sem grande êxito. A última e terceira vaga condiz com o começo do século XXI, com os países denominados emergentes, em particular com os países asiáticos e americanos, sendo que muitos deles ainda recebem, por parte da UE, ajudas na cooperação para o desenvolvimento. (Patrício, 2016)

Sendo o Brasil país integrante do bloco de países emergentes denominado BRICs, pode então dizer-se que a PE UE-Brasil está enquadrada na terceira vaga de parcerias da UE.

Timothy Garton Ash, num artigo publicado na *Foreign Affairs*, em 2012, considera que a “*ascensão do resto*” (os BRICs e um grupo de potências emergentes onde inclui a Indonésia, a Nigéria, a Turquia e o México) é o principal argumento em prol de uma perspectiva de Europa mais integrada. (Ash, 2012)

Naturalmente, estes países possuem algumas características comuns que fazem com que a UE lhes confira destaque nas suas prioridades, tais como a sua importância económica, dimensão territorial/demográfica e influência política nas esferas regional e

global. Outro fator de motivação para a UE cultivar as suas parcerias estratégicas prende-se com as relações comerciais com estes países. A UE é, em quase todos os países com quem estabeleceu Parcerias, a maior parceira comercial. (2008, apud Silva, 2011)

Interessa referir que cada uma das Parcerias da UE é tratada com diferenciação, não se conseguindo encontrar uma definição comum para todas elas, precisamente pelo facto de serem construídas segundo diferentes perspetivas e interesses.

Porém, todas estas parcerias têm-se materializado através da utilização do diálogo temático bilateral intensivo, que se consubstanciam por intermédio de reuniões de alto nível político até trabalhos de foro técnico. (Silva, 2011)

Eugênia Barthelmess refere que *“independentemente dos objetivos específicos que estabelecem o tom, por assim dizer, de cada uma das parcerias estratégicas, para a União Europeia estas servem a um fim mais abrangente, que é o da expansão de sua presença política internacional e do estabelecimento de um contrapeso à influência norte-americana.”* (2008, apud Silva, 2011, p. 6)

Já os parceiros da UE buscam visibilidade, promoção de interesses específicos, inserção na esfera internacional no sistema multipolar, com exceção dos EUA, por ser um Estado que, naturalmente, já possui estas características.

Porém, a UE procura sempre, em nome dos seus interesses, associar-se a países com relevância e destaque a nível mundial em determinadas áreas, tais como a indústria, a segurança, a economia. Veja-se o caso do Canadá, EUA, Rússia e Japão, que pertencem ao grupo dos países mais industrializados do mundo, o G8¹; a China, EUA e

¹ O G8 corresponde a um grupo de oito países industrializados e desenvolvidos. Os membros deste grupo são os EUA, Canadá, Itália, França, Japão, Alemanha, Rússia e Reino Unido. Para mais informação, consultar website: <http://www.g8.co.uk/members-of-the-g8/>.

Rússia que são membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU; o Brasil, Rússia, Índia e China que são um grupo de economias emergentes no mundo, formando, inicialmente, os BRICs.

A posição da UE no mundo vai depender, essencialmente, da sua habilidade em apresentar-se como um espaço efetivamente integrado, mostrando que, apesar dos EUA, por razões históricas e económicas assumirem uma prioridade na sua política externa, a UE está disposta a ir além da Parceria Atlântica com este país. Para Susanne Grätius

as parcerias estratégicas estabelecidas bilateralmente pela UE com Brasil, China, Rússia, Índia e África do Sul são as mais complexas em termos de objetivos comuns, interesses e estratégias globais. Mesmo que em termos de tamanho, presença global, poder económico e valores os BRICS sejam muito diferentes para estabelecer uma aliança convincente, eles constituem o grupo com maior poder de veto nas relações internacionais. Seu principal objetivo não é obter uma coerência interna, mas exercer pressão externa (contra os Estados Unidos e/ou seus aliados europeus).

In Grätius (2013), p. 149.

4. A PARCERIA UE – BRASIL

4.1 EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES BILATERAIS UE – BRASIL

No período pós-independência do Brasil, as relações bilaterais entre este e a Europa baseavam-se, na sua maioria, em questões culturais e sociais. Foi com a criação da CEE, em 1957, inicialmente constituída por seis países, que, de facto, começaram a existir relações económicas e políticas mais próximas entre os países da então Comunidade e o Brasil.

A criação da CEE trouxe consigo uma aproximação entre o bloco dos Seis e o Brasil, no entanto, causou muitas preocupações no governo brasileiro. O principal motivo desta inquietação devia-se ao receio da diminuição drástica das exportações de café brasileiro para os países europeus, por contrapartida das exportações de café africano, beneficiadas pelas medidas de associação comercial que, consequentemente, garantiam o acesso em condição de privilégio. Ainda que a CEE tivesse explicado que não haveria qualquer prejuízo para as economias da América Latina, o Brasil ficou em estado de alerta.

A toda esta situação acresceu ainda o receio, por parte do governo brasileiro, que a integração económica fosse afastar, de forma progressiva, os capitais dos países europeus e direcioná-los para África, onde se situavam as ex-colónias dos Seis. Uma vez que o Brasil se encontrava em fase de desenvolvimento da indústria, os capitais europeus eram indispensáveis. (Lessa, 2013)

As perspetivas do governo brasileiro quanto ao possível lucro que pudesse advir da formação da CEE eram desanimadoras, uma vez que a formação da CEE criou uma fenda no relacionamento bilateral, nomeadamente no que toca ao comércio, decorrente dos desentendimentos respeitantes ao acesso ao mercado europeu e às suas barreiras tarifárias. Toda esta entropia materializou-se no âmbito do GATT, com as consecutivas tentativas para resolução do conflito que só teve, de facto, um avanço significativo, nos anos 1990, com a formação do MERCOSUL. (Silva, 2011)

Pode dizer-se que, durante este período, criou-se uma tensão entre o governo brasileiro e a nova Comunidade que surgira. Porém, pode afirmar-se também que foi um período essencial, marcante do início das relações do Brasil com muitos países europeus. A superação das diferenças, no entanto, foi um processo bastante lento que só

começou a ser efetivo aquando do estabelecimento de um acordo de cooperação, não muito abrangente, que entraria em vigor em 1982. (Lessa, 2013)

Em 1971, com o fim do sistema de Bretton Woods e, em 1973, com a crise do petróleo instalada, os países da CEE entraram numa acentuada recessão, com elevadíssimos níveis de inflação e desemprego. Foi então que a debilidade da CEE levou os seus líderes a aproximarem-se de outras regiões para além das suas fronteiras, procurando assegurar o abastecimento com fontes alternativas de matérias primas, desobstruir o acesso dos seus produtos noutros mercados e alargar os seus investimentos. Foi por esta altura que a América Latina começou a ser estudada como uma opção estratégica, dando-se origem aos acordos de primeira geração entre a América Latina e a CEE que contribuíram para a entrada dos produtos europeus, através da abertura dos mercados latino-americanos. (Silva, 2011)

Assim, as relações bilaterais entre o Brasil e os países europeus passaram a adquirir mais expressão e a influenciar os vínculos entre a CEE e os países da América Latina. De facto, a formalidade das relações entre os países da CEE e a América Latina deu-se através da Pauta Aduaneira Comum e *“tal foi feito através do estabelecimento de comércio cujo objetivo era a concessão da cláusula da nação mais favorecida”* (Patrício, 2009, p. 65) Para além disto, *“a inexistência de uma política comunitária global para a região limitou as relações Comunidades-América Latina a um carácter bilateral, que apenas a partir da década de 1980 começaria a ser ultrapassado”* (Patrício, 2009, p. 66)

Em 1991, o MERCOSUL foi formalizado, o que significou um grande avanço nas relações entre a UE e o continente latino-americano, uma vez que beneficiou os países latinos no plano de cooperação regional, dando-lhes acesso ao BEI e aos programas tecnológicos comunitários.

Em 1992 deu-se a assinatura do Acordo de Cooperação Interinstitucional entre o Conselho MERCOSUL e a CE, que tinha como objetivo a promoção da transferência das experiências da CEE em matéria de integração, e que deu origem à criação do Centro de Formação para a Integração Regional, um ano depois. Ainda neste ano, a UE e o Brasil estabeleceram o Acordo-Quadro de Cooperação que serviu de base de orientação para as relações bilaterais do Brasil com a UE até à assinatura da PE, em 2007. (Patrício, 2009) Este acordo incluía um modelo de cooperação nas mais diversas áreas, desde económica, industrial, comercial, científica, mineração, tecnológica, telecomunicações, saúde, energia, turismo, meio ambiente.²

Em 1994, o Brasil e a UE firmaram o Acordo-Quadro de Cooperação Financeira e, em 2004, viriam também a firmar o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica. (Oliveira & Souza, 2011) Ainda em 1994, instituíram-se os acordos de quarta geração entre a UE e a América Latina, graças ao êxito das negociações multilaterais da Ronda do Uruguai do GATT, à criação da OMC, à assinatura do Tratado que instituiu a NAFTA, ao desenvolvimento da PESC, pelo Tratado de Maastricht de 1992, ao otimismo relativamente ao MERCOSUL e à proliferação de acordos bilaterais e multilaterais. (Trein & Cavalcanti, 2007)

O Brasil, por se encontrar inserido no continente latino-americano, beneficia das relações com a Europa, mais propriamente com a UE, em três frentes, formando um triplo eixo de relacionamento: através das suas relações históricas, culturais, económicas e políticas com os países europeus, por intermédio do Acordo UE – MERCOSUL e, finalmente, através da mais recente PE UE – Brasil, assinada em 2007.

² Ver texto integral do Acordo-Quadro de Cooperação em: [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:21995A1101\(01\)&from=EN](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:21995A1101(01)&from=EN).

Concluindo, *“as relações entre Brasil e Europa envolvem o humano e o cultural, o financeiro e o empresarial, assim como o comércio exterior. Em outras palavras, a Europa é parte essencial da formação histórica do Brasil e de sua vida presente.”* (Cervo, 2009, p. 12)

4.2 A PARCERIA ESTRATÉGICA DE 2007

4.2.1 FUNCIONAMENTO DA PARCERIA ESTRATÉGICA

A PE em estudo funcionou, desde o seu início, através do mecanismo de cúpulas anuais, de alto nível político. O objetivo das cúpulas prende-se com a necessidade de negociação e posterior aplicação do disposto no Plano de Ação Conjunta do Brasil e da UE. Destas cúpulas são participantes o Presidente do Brasil, o Presidente do Conselho da UE e o Presidente da CE, sendo que o Presidente oficial destes fóruns, que era para ser rotativo, depois do Tratado de Lisboa, em 2009, acordou-se ser o Presidente Permanente do Conselho. (Andriolli, 2010)

A Presidência do político português, Durão Barroso, na CE foi, com certeza, considerada por muitos uma alavanca nas negociações entre a UE e o Brasil. Em 2006, o então Presidente da CE visitou o Brasil e foi em Julho do ano seguinte que, em Lisboa, se anunciou o lançamento da PE UE-Brasil, com a realização daquela que viria a ser a Primeira Cúpula.

Esta primeira reunião marcou o começo efetivo da Parceria, através da negociação de temas prioritários nas suas agendas, reforçando o multilateralismo. Com a formalização da Parceria, o Brasil e a UE levaram a cabo o Primeiro Plano de Ação Conjunta Plurianual (2008-2011), com objetivos específicos, relacionados com a

reforma da ONU, com a promoção dos direitos humanos e com o combate à pobreza.
(Dri, 2009)

O Brasil e a UE acordam em construir uma PE compreensiva através das seguintes atribuições:

promoting peace and comprehensive security through an effective multilateral system; enhancing the Economic, Social and Environmental Partnership to promote sustainable development; promoting regional cooperation; promoting science, technology and innovation; promoting people-to-people exchanges.

In União Europeia (2008)

Em 2008, no Rio de Janeiro, por ocasião da visita do Presidente do Conselho da UE, Nicolas Sarkozy e do Presidente da CE, Durão Barroso, dá-se a Segunda Cúpula, centrada, desta vez, em questões ambientais como a Amazónia, o aquecimento global e os biocombustíveis, para além do apelo contra o protecionismo comercial e a favor do recomeço das negociações da ronda de Doha. No ano seguinte, Lula da Silva, visita Estocolmo, que assumia a pasta do Conselho da UE, e propicia-se a realização da Terceira Cúpula. Em 2010 o Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e Durão Barroso fazem uma visita ao Brasil e estabecelem a Quarta Cúpula. No ano seguinte, a Presidente Dilma Rousseff visita Bruxelas, onde acontece a Quinta Cúpula e fica definido também o Segundo Plano de Ação Conjunta para 2012-2014, com o intuito de reforçar e estruturar a cooperação bilateral. Em 2013 dá-se a Sexta Cúpula, no Brasil, por ocasião da segunda visita do Presidente Rompuy e do Presidente da CE, Durão Barroso. Por fim, em 2014, ocorre a Sétima e última Cúpula, até ao momento, em Bruxelas, sede do Conselho Europeu, com a visita da Presidente Dilma. (Itamaraty, 2007)

4.3 MOTIVAÇÕES BRASILEIRAS

Em 2003, aquando do início da gestão do Presidente Lula, o contexto internacional já não se encontrava na situação dos anos 1990, em que vigorava uma ordem internacional globalizada, com características homogéneas. O desastroso ataque às Torres Gémeas, em 2001, trouxe consigo novas perspetivas de fragmentação da ordem vigente, com espaço para modificações na importância e peso dos seus atores.

Por outro lado, a crise financeira de 2008 cimentou a configuração multipolar e pluralista da ordem global. No contexto latino-americano, com a chegada dos anos 2000, o liberalismo mostrou-se limitativo e os governos de esquerda foram eleitos, fortalecendo as ideias de mudança. (Saraiva, 2014)

Quando eleito, o Presidente Lula promoveu uma grande mudança no núcleo do Itamaraty³, dando voz à corrente dos autonomistas. Estes, por sua vez, defendem uma projeção do país mais autónoma e proativa na esfera global. São também a favor da revisão das instituições internacionais, com o objetivo de criar um espaço de ação mais amplo para o Brasil. (Saraiva, 2010)

É neste contexto que o Brasil, em 2007, assina uma PE com a União Europeia. Mas quais seriam as motivações do Brasil em juntar-se à UE, por intermédio da assinatura de uma PE?

Em primeiro lugar, a Parceria é desenvolvida tendo em conta valores mútuos, como a defesa do Estado de Direito, a promoção da democracia e paz internacional e a defesa do multilateralismo na política global.

Pode afirmar-se que os decisores brasileiros olhavam para a PE como um instrumento de fortalecimento, de reconhecimento e de prestígio na arena internacional,

³ Palácio do Itamaraty - sede do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, situado em Brasília.

bem como um caminho de aproximação do Brasil com os países da Europa com maior relevância. Pode também dizer-se que a ambição, por parte do governo brasileiro, de ver aumentar os investimentos e a transferência de tecnologia europeia para o Brasil, foram determinantes na decisão da assinatura da Parceria. (Saraiva, 2014)

No que diz respeito ao fortalecimento da estabilidade e desenvolvimento da América Latina, o Brasil também é favorecido com a PE, uma vez que a UE está apta a transferir as suas experiências e *know-how* em matéria de integração.

Quando o tema é desigualdade e pobreza, o Brasil, a fim de cumprir os Objetivos do Milénio⁴, considera a Parceria como peça fundamental na promoção do desenvolvimento. Desta forma, ao juntar-se à UE, o Brasil tem a hipótese de aprender e desenvolver uma estratégia para tentar minimizar as desigualdades e a pobreza na região, com a partilha de boas práticas na preparação de uma política regional eficaz.

Por fim, com o estabelecimento da Parceria, o Brasil adquire uma mais-valia na promoção da integração regional, aumentando a sua credibilidade no seio do MERCOSUL.

4.4 MOTIVAÇÕES EUROPEIAS

4.4.1 A EMERGÊNCIA DO BRASIL COMO ATOR GLOBAL

Relativamente à ascensão do Brasil nas duas Administrações de Lula, Amado Cervo, descreve a sua trajetória, afirmando que “*se o lugar do Brasil era a América do Sul, por volta de 2000, uma década depois o lugar do Brasil é o mundo.*” (Cervo, 2012;

⁴ Os Objetivos do Milénio das Nações Unidas são a erradicação da fome e da pobreza extrema; a educação básica de qualidade para todos; a igualdade de género e valorização da mulher; a redução da mortalidade infantil; a melhoria das condições de saúde das gestantes; o combate à SIDA, malária e outras doenças; a qualidade de vida e respeito pelo meio ambiente; a existência de parcerias globais para o desenvolvimento. Para mais informações sobre os Objetivos do Milénio, consultar website: <http://www.un.org/millenniumgoals/>.

88) Tal não passa despercebido aos líderes europeus, que concedem credibilidade ao Brasil, traduzida na sua decisão de considerá-lo como um Parceiro Estratégico. O Brasil de Lula mostrou-se uma democracia estável e, sob o ponto de vista económico, próspera. Segundo António Mendonça

o Brasil é um país que se impõe regionalmente, onde representa mais de 60% das economias da América do Sul e 70-75% do Mercosul. É a 9ª ou 10ª potência industrial mundial e, não obstante, as suas contradições internas em termos de distribuição de rendimentos é um país com um potencial económico elevadíssimo, com capacidade para competir em quase todos os sectores de actividade, com uma forte capacidade de atracção de investimentos internacionais e com uma vocação exportadora que lhe permite gerar excedentes significativos da sua balança comercial. É igualmente um país que tem capacidade de sustentar ritmos de crescimento elevados.

In Mendonça (2006), p. 35.

Acresce o facto de o Presidente Lula, durante os seus dois mandatos, ter orientado a sua política interna no sentido de retirar uma grande fatia da sociedade brasileira da pobreza extrema. Ainda assim, os indicadores económicos e sociais do Brasil continuam a uma média inferior, comparativamente aos padrões da UE.

Porém, o Brasil demonstrou uma grande resistência face à crise económica global que assolou os países desenvolvidos, vindo a sofrer, apenas mais tarde, o choque na sua economia interna. Ainda assim, rapidamente recuperaria, enredando-se em problemas domésticos por outras razões. Segundo Raquel Patrício

a dimensão continental do gigante sul-americano, a homogeneidade cultural e a sua vocação pacifista sempre atraíram a Europa, espelhados

numa potencialidade de mercado que não deixou, e não deixa, indiferentes, os países europeus, reforçada pela actual credibilidade internacional da economia brasileira e sua estabilidade política.

In Patrício (2016), p. 10.

No entender de José Isaías Rodrigues,

na sua nova posição como poder emergente num mundo multipolar, o Brasil tem demonstrado ser um jogador inteligente no tabuleiro geopolítico com uma abordagem pragmática. Esta adaptabilidade permitiu-lhe forjar novas associações que têm marcado este novo enfoque da estratégia internacional do Brasil. Junto com países como África do Sul, Índia, China e Rússia, o Brasil tem conseguido situar-se como potência, chegando a obter a modificação das cotas de votações numa das organizações internacionais mais relevantes, o FMI.

In Rodrigues (2015), p. 1.

Para Richard Whitman e Annemarie Penn Rodt podem eleger-se três fatores essenciais que resultaram em especial efeito positivo na transição para país em forte desenvolvimento, a saber: a diversificação da sua política exterior, a estabilidade económica e a continuidade política registadas nas duas Administrações Lula. Quanto à diversificação da política e das relações exteriores, enfatiza-se o forte desenvolvimento regional da América do Sul onde, mais uma vez, o Presidente Lula da Silva desempenhou um papel ativo no lançamento da UNASUL e a sua contínua aposta no MERCOSUL; a relação económica com os países emergentes, com destaque para a China e Índia; o interesse nos países africanos, traduzidos na abertura de novas

embaixadas no continente; a criação do G20⁵ e o Fórum de diálogo IBAS; enfim, toda a sua orientação para a cooperação Sul-Sul.

Quanto à estabilidade económica destacam-se as descobertas das jazidas petrolíferas na zona costeira que se julga poderem vir a lançar a economia brasileira no ranking dos países exportadores de petróleo, tornando-se mais independente do ponto de vista energético.

Por fim, relativamente à continuidade política, pode dizer-se que o facto de o Presidente Lula da Silva ter governado de 2003 a 2010, traduziu-se num cenário político e económico mais estável. A atual sucessora, Presidente Dilma Rousseff, que também representa o Partido dos Trabalhadores, vem dar continuidade ao trabalho de Lula, naturalmente divergente em determinados pontos na sua agenda, mais orientada para reformas fiscais e melhorias no setor da saúde, do que propriamente para questões internacionais. (Whitman & Rodt, 2014)

Com efeito, se o Brasil de Lula representou a ascensão do Brasil em termos económicos e de projeção internacional, o Brasil de Dilma apresenta uma realidade bem distinta. Cervo e Lessa (Cervo & Lessa, 2014, p. 133) cunham, para descrever o período Dilma, o conceito de “declínio relativo”, através de uma exaustiva análise empírica de diversas variáveis, através das quais avaliam como e em que medida a economia brasileira e a projeção internacional do Brasil declinaram no primeiro mandato e, sobretudo, desde o início do segundo mandato de Dilma, relativamente à ascensão registada na era Lula. (Cervo & Lessa, 2014, p. 134)

⁵ O G20 é um grupo informal, formado por 19 países mais a UE, com representações no FMI e no Banco Mundial. O grupo é formado, para além dos países da EU, pelos EUA, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do Sul, Turquia e Reino Unido.

Na realidade, em função de problemas domésticos, quer políticos, quer económicos, a política externa passou a merecer menos empenho do Estado, menos verbas e menos atenção, de onde resulta uma menor projeção internacional do Brasil. O grande debate interno no Brasil, hoje, quer na Academia, quer nos setores políticos, quer na sociedade em geral, em termos de política externa brasileira, vai mesmo no sentido de se avaliar se esta declina efetivamente ou se apenas passa por um momento de retração, sendo certo que, no momento em que era assinada a PE, em 2007, o Brasil vivia o auge da sua ascensão económica e internacional, conforme já analisado.

4.4.2 A IMPORTÂNCIA DO BRASIL NOS CONTEXTOS REGIONAL E GLOBAL

Importa rever a busca europeia pelo seu papel cada vez mais internacional, nos últimos vinte anos, pois essa é a base da sua reconstrução e das relações externas com os outros atores. É neste contexto que surge o impulso para o estabelecimento de uma PE com o Brasil, procurando alcançar certos objetivos da sua agenda e promovendo os valores com os quais se identifica. (Lazarou & Fonseca, 2013)

O interesse da UE no Brasil, por certo, não começou em 2007, contudo é devido à ascensão deste país nos anos 2000, como o gigante sul-americano, um *player* ativo nas relações externas, preocupado com questões internacionais e menos protecionista, com uma economia pujante que a UE o enxerga como um parceiro ideal.

Pode aferir-se que a UE teve vários incentivos para ambicionar uma parceria com o Brasil.

Primeiramente, o reconhecimento do Brasil como uma potência emergente apresenta-se como sendo, talvez, o ponto de partida para a escolha europeia. O Brasil participa no G4, em busca de uma voz ativa no Conselho de Segurança, lidera o G20 no

que diz respeito à liberalização do comércio agrícola, assumindo uma postura ativa na busca pelo desbloqueio da Ronda de Doha.

Em segundo lugar, pode dizer-se que a UE olha para o Brasil e para os restantes países da América Latina como sendo um potencial mercado em emergência que poderá vir a competir com os EUA e com a China, pelo que a Parceria é um ótimo veículo para se resolver a crise nas relações europeias com o MERCOSUL e assim garantir o seu acesso ao mercado do Brasil. Interessa também à UE o setor brasileiro da energia, especificamente das alternativas, sob o ponto de vista comercial, estratégico e ambiental. (Whitman & Rodt, 2014)

Em terceiro lugar, ainda na América do Sul, o Brasil representa um fio condutor nas relações bilaterais privilegiadas com os restantes países e grupos de países com quem mantém acordos comerciais, nomeadamente com o México e com a Comunidade Andina. Noutros continentes, relaciona-se com países considerados, à sua semelhança, potências regionais, como os BRICs, países africanos e países árabes, e naturalmente, com os EUA. (Guimarães, 2006)

Em quarto lugar, tema que será objeto de estudo no próximo capítulo, figuram os laços culturais e de amizade com Portugal, ex-potência que colonizou o Brasil. A Presidência portuguesa na CE, aliada ao excelente relacionamento entre Durão Barroso e Lula da Silva, representou com certeza uma alavanca nas negociações da UE com o Brasil. As palavras de Francisco Seixas da Costa, ex Embaixador português no Brasil, traduzem eficazmente toda a importância e influência portuguesa neste processo

o Brasil tem hoje as portas da Europa abertas, de par em par. Mas orgulhamo-nos, cremos que legitimamente, em poder afirmar, sem receio de

ser desmentidos, que nenhum país dá mais atenção ao Brasil e à promoção dos seus interesses no seio da UE do que Portugal.

In Costa (2007) p. 1.

Em quinto lugar, a UE, receosa com a onda de nacionalismo e populismo de esquerda na América Latina, acredita que o Brasil é um parceiro estável e cooperativo, com capacidade para contrabalançar e influenciar, de forma pacifista, como aliás é característico, os restantes Estados no continente latino-americano. (Whitman & Rodt, 2014)

Assim conclui-se que os interesses brasileiros estão em harmonia com os interesses europeus, uma vez que ambos defendem a integração regional como o melhor caminho para a garantia da prosperidade e paz, bem como o desenvolvimento sustentável como peça fundamental na definição da agenda internacional. (Andriolli, 2010)

5. O PAPEL DE PORTUGAL NO ESTABELECIMENTO DA PARCERIA ESTRATÉGICA UE-BRASIL

5.1 O RELACIONAMENTO BILATERAL ENTRE O BRASIL E PORTUGAL

Como refere Amado Cervo, “*algo especial governa as relações entre Brasil e Portugal*”, (Cervo, 2012, p. 13) porém foi nos anos 1990 que os dirigentes portugueses olharam para o Brasil como prioridade na sua agenda externa. Havia chegado a altura de ultrapassar as relações baseadas apenas na amizade entre os países. Segundo o diplomata brasileiro Araújo Castro, a nova teoria das relações internacionais brasileira assentava em dois pilares: desenvolvimento nacional e investimentos estrangeiros. A compatibilidade entre os dois países passou a ser expressa nos famosos três D’s: Democracia, Descolonização, Desenvolvimento.

No seguimento da mudança no paradigma das relações, é assinado, em 2000, por intermédio de Jaime Gama e António Guterres, representando Portugal, e Fernando Henrique Cardoso e Luiz Felipe Lampreia, representando o Brasil, o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta. (Cervo, 2012)

A parceria substantiva entre Portugal e o Brasil intensifica-se também devido aos blocos em que estes países se inserem: Portugal com a sua inserção e ativismo no seio da UE e o Brasil com a sua postura de liderança no MERCOSUL e com a sua condução no processo de integração da América do Sul que atinge o seu expoente máximo, em 2008, com a criação da UNASUL.

Se, por um lado, o diálogo entre o MERCOSUL e a UE se encontrava estagnado, por outro, as cúpulas realizadas entre a UE e o Brasil começavam a gerar frutos e a proposta de Portugal em considerar o Brasil como Parceiro Estratégico oficial da UE acabou por ser aprovada em 2007, em Lisboa. (Cervo, 2012)

5.2 A TRIANGULAÇÃO PORTUGAL, BRASIL E UE

Como já anteriormente referido, Portugal assumiu uma postura facilitadora entre o diálogo europeu com o Brasil que culminou em 2007 com a assinatura da PE entre a UE e o Brasil. Adriano Moreira (2005), define a diplomacia como o “*mais importante instrumento da política internacional*”, e Portugal, neste contexto, assumiu um destacado papel na PE UE-Brasil. (Moreira, 2005, p. 75)

Neste contexto, com Durão Barroso na Presidência da CE, estavam reunidas as condições para a formalização desta parceria, sendo que “*por certo, a dimensão regional, Portugal integrado à Europa e o Brasil à América do Sul, foi considerada na iniciativa portuguesa e conduziu os dirigentes europeus para o convencimento.*” (Cervo, 2012, p. 88)

Ainda sobre a Presidência de Durão Barroso na CE e a sua relevância na constituição da Parceria, Portugal demonstrou a sua importância no seio da UE ao inaugurar esta relação institucional do mais alto nível com o Brasil. (Antunes, 2008)

Para Manuel Lobo Antunes (2008), a Parceria justificava-se

dado que o Brasil é um parceiro estratégico incontornável da UE. Tratava-se de preencher uma lacuna, visto que a UE já mantinha um relacionamento deste nível com todos os BRICS, exceção feita ao Brasil. Foi com naturalidade e até com gosto que assumimos a responsabilidade de construir esta ponte necessária entre a UE e o Brasil.

Antunes (2008), p. 8.

A institucionalização das relações entre o Brasil e a UE poderia, no entanto, ser ameaçada pelo tratado de livre comércio que a UE estabelecia com países como o México e o Chile. O Brasil de Lula olhava para este tipo de tratados como prejudiciais, orientados para o perpetuamento das assimetrias entre as potências atrasadas e avançadas. Uma vez que se tornava impossível essa união comercial entre a UE e o Brasil, Portugal, ao aperceber-se de tal inviabilidade, propõe então um outro tipo de associação: a PE, tornando o Brasil o oitavo parceiro da UE. (Cervo, 2012)

As motivações portuguesas, para além de ampliar a importância do Brasil na Europa, podem também ser explicadas sob o ponto de vista económico. É uma verdade que, tratando-se de comércio e investimento, Portugal ocupa um lugar minoritário nos objetivos brasileiros, porém, para Portugal, o Brasil representa um leque de oportunidades aos negócios portugueses. (Cervo, 2012)

Portugal “*que pretende fazer das exportações o seu motor económico, necessita muito de um país como o Brasil, quer em termos dos mercados potenciais internos quer das plataformas que pode estabelecer para toda a América Latina.*” (Nunes, 2007, p. 5)

No entanto, no que diz respeito a questões sociais e políticas, constata-se que Portugal representa uma mais-valia na questão da imigração e no diálogo de alto nível com a UE.

5.3 A QUADRANGULAÇÃO PORTUGAL, BRASIL, UE E CPLP

A CPLP, fundada em 1996, é um conjunto de países espalhados por cinco continentes que juntos, representam uma população que ultrapassa 220 milhões de pessoas, com a língua e cultura portuguesas em comum. Os nove países integrantes apresentam uma tradição de emigração, com várias comunidades espalhadas pelo mundo e em que todos os países são fruto do processo de globalização. (Mendonça, 2006)

Aquando da sua criação, várias opiniões surgiram acerca da sua eficácia em termos futuros. Muitos acreditavam que a CPLP iria representar apenas mais um passo na ideia romântica da amizade e fraternidade entre os povos falantes da língua portuguesa, outros consideravam as relações económicas como fator principal da união entre os Estados-membros, apesar das muito diferentes estratégias económicas internas e do modo como se inserem na economia internacional, com Portugal pertencente à UE e o Brasil como potência dominante na América Latina. (Cervo, 2012)

A CPLP desempenha um papel escorado em Portugal e no Brasil, já que, atualmente, vive-se um “*contexto em que as dinâmicas de integração global se sobrepõem cada vez mais às dinâmicas das economias nacionais ou mesmo às dinâmicas de integração económica regional*”, como aliás é exemplo a própria PE da UE com o Brasil. (Mendonça, 2006, p. 2)

Existe, desde o começo das negociações para a sua constituição, a noção de que sem o envolvimento do Brasil e de Portugal, a Comunidade carece de significado e, como tal, a lusofonia, sem estas duas nações, alcançaria poucos resultados para os demais membros. Ainda que os dois representem a fatia mais significativa da CPLP, o envolvimento português antecede o brasileiro.

A presidência de Durão Barroso em 2007

redundou no reforço do papel de Portugal no desenvolvimento e extensão das parcerias estratégicas da UE e, por consequência, na própria evolução da sua acção externa. Desta forma, as autoridades políticas e diplomáticas nacionais deram inequívoca evidência de que a vocação global do País é um factor de acréscimo do prestígio e afirmação da UE no mundo.

In Ferreira-Pereira (2008), p. 141.

Assim, ao promover as cimeiras entre o Brasil e a UE e entre África e a UE, Portugal acabou por transportar a língua e cultura portuguesas e, consequentemente, a CPLP, para o alargado espaço europeu, instrumentalizando a sua integração na UE através das relações privilegiadas com os países africanos e com o Brasil. (Cervo, 2012)

Tal leva a sugerir que a esta *triangulação* que Amado Cervo (2012) se reporta quando considera o triplo eixo de relacionamento, Portugal, Brasil, UE, poderá ser adicionado um quarto elemento - a CPLP – podendo, assim, falar-se de uma *quadrangulação* nas relações entre os referidos atores.

Porém, e a propósito das condicionantes relativas à CPLP, António Mendonça refere que “o primeiro grande desafio que se coloca à CPLP é, assim, ser capaz de construir um espaço de entendimento colectivo, dotado de auto-consciência do seu potencial de valorização económica de conjunto e com vontade de encontrar plataformas de concretização desse potencial.” (Mendonça, 2006, p. 35). Acresce o

facto de a CPLP ser capaz de conjugar os interesses de cada país integrante e emparelhá-los numa estratégia coletiva na economia global, ao mesmo tempo que cria especificidades capazes de a distinguir no quadro internacional. (Mendonça, 2006)

Assim, pode dizer-se que, face ao exposto, o triângulo Brasil-União Europeia-Portugal apresenta mais relevância nos objetivos das políticas externas portuguesa e brasileira do que propriamente a CPLP. Ainda assim, assume-se que a UE não descarta a importância do espaço lusófono. Pelo contrário, a iniciativa portuguesa no âmbito da PE UE-Brasil só fez com que a cultura e a língua fossem difundidas no espaço europeu, promovendo a própria CPLP no seio da UE.

Por outro lado, a afirmação do espaço CPLP não contradiz a pertença dos seus membros a outros espaços regionais. Isto é, integração destes últimos noutras esferas regionais pode inclusivamente representar um importante vetor no que diz respeito à articulação global destes espaços. Assim, poderão ultrapassar-se as limitações deste tipo de integração, fornecendo aos países integrantes ferramentas adicionais de inserção na economia global. (Mendonça, 2006)

6. A ANÁLISE DO IDE E DO COMÉRCIO DE BENS: OS CASOS UE-BRASIL E

PORTUGAL-BRASIL

Uma vez que o estudo se foca na análise do comércio internacional e do IDE efetuado entre o Brasil e a UE, torna-se necessário o recurso à análise de dados relativos a estas variáveis, por forma a avaliar a sua evolução no período anterior, no momento (2007) e no período pós a assinatura da PE.

Paralelamente, considera-se relevante analisar os fluxos de IDE e de comércio entre Portugal e o Brasil, para os mesmos períodos, procurando estabelecer um comparativo

relativamente à UE e verificar se, de alguma forma, existe influência da PE nos resultados. Todos os dados estão dispostos em tabelas e gráficos, em anexo.

Começando pelo comércio entre o Brasil e a UE, a 28 países, verifica-se, que 2008 e 2011, representando 46.818,15 milhões Dólares e 49.426,79 milhões de Dólares, foram os anos em que o Brasil mais exportou para a UE e 2001 e 2002 os que menos exportou.

De entre os tipos de produtos exportados pela UE para o Brasil destacam-se os agroalimentares como sendo o grupo de produtos mais significativo e consistente ao longo de todo o período analisado. Relativamente aos produtos menos exportados verifica-se que os elétricos e os não especificados são os que apresentam valores mais baixos, sendo portanto o grupo de produtos que o Brasil menos exporta para a UE.

No que diz respeito à UE, verifica-se que os anos de 2012 e 2013, representando 50.769,57 e 53.387,14 milhões de Dólares, foram os que mais exportou para o Brasil, sendo 2002 e 2003 os que menos exportou.

De entre os produtos mais exportados o destaque vai para o grupo dos mecânicos que se apresenta como o mais significativo e constante ao longo do período em análise. Os produtos que a UE menos exporta para o Brasil são maioritariamente os têxteis e, no caso específico de 2003, os energéticos.

Assim, através do Gráfico 1, é perceptível a evolução do comércio entre o Brasil e a UE, de 2001 a 2013. A azul, estão representadas as exportações da UE no Brasil, pelo que se conclui que, no geral, as exportações têm aumentado ao longo do período analisado, com exceção de 2008 para 2009, em que houve uma quebra de 40.000,00 para 30.000,00 milhões de Dólares, o que sugere que a crise internacional, que teve a sua origem na economia americana e que, portanto, acabou por desencadear uma crise

na Europa, (Mendonça, 2012) teve um efeito de retração nas exportações, sendo 2013 o ano com o valor mais alto, cerca de 52.000,00 milhões de Dólares.

No que diz respeito às exportações do Brasil na UE, representadas pela linha verde, nota-se que, à semelhança do que acontece com as exportações europeias, houve um crescimento constante até 2008-2009, ano em que a crise se fez sentir, recuperando em 2009 e atingindo o seu pico máximo em 2011, com as exportações a representarem 50.000,00 milhões de Dólares. Porém, verifica-se uma ligeira desaceleração até 2013 que poderá ser explicada pela opção chinesa - Cooperação Sul-Sul - em detrimento da europeia, uma vez que, apesar do cooperação sino-brasileira não ser propriamente recente, foi nos últimos anos que se verificou um aumento exponencial nas suas relações económicas, como evidenciado no Gráfico 2.

Em 2001 as exportações chinesas para o Brasil representavam cerca de 2.500,00 milhões de Dólares, sendo que em oito anos já representavam praticamente 25.000,00 milhões de Dólares. Verifica-se uma queda em 2009, devido à crise internacional, recuperando em 2010, atingindo em 2013 cerca de 42.500,00 milhões de Dólares. As exportações brasileiras para a China acompanham a tendência, embora apresentem um valor um pouco mais significativo. Em 2011, 2012 e 2013 foram os anos que a China e o Brasil mais exportaram entre si, sendo que em 2013, as exportações chinesas para o Brasil atingiram 42.839,10 milhões de Dólares e as brasileiras para a China, ligeiramente superiores, 46.905,02 milhões de Dólares.

De entre os produtos mais exportados da China para o Brasil, evidenciados na Tabela 3, encontram-se os químicos, mecânicos e eletrónicos. Os mais exportados do Brasil para a China, representados na Tabela 4, são os produtos siderúrgicos e agroalimentares.

O interesse da China no Brasil pode ser explicado pela determinação em explorar matérias-primas e recursos energéticos necessários à expansão chinesa; pela vontade em aumentar os lucros dos seus negócios, através da cedência de empréstimos a brasileiros ou pela venda de produtos de maior valor agregado; pela garantia da sua presença neste mercado e, por consequência, no mercado latino-americano; pela troca de *know-how* em matéria de tecnologia e ciência; e pelo aumento do seu poder no quadro internacional, face às economias desenvolvidas. (Becard, 2011)

Quanto aos fluxos de IDE da UE para o Brasil, representados no Gráfico 3, no período de 2001 a 2012, verifica-se um fraco desempenho em 2002, atingindo valores negativos, até 2007, ano da assinatura da PE, que tem um ligeiro aumento, representando cerca de 15.000,00 milhões de Euros. Em 2010 atinge o expoente máximo com um fluxo de 45.000,00 milhões de Euros, resultado da próspera situação económica brasileira à época, decaindo para 25.000,00 de Euros em 2012.

No que respeita aos fluxos de IDE do Brasil para a UE, representados no Gráfico 4, no mesmo período, verifica-se uma fraca tendência até 2007, data em que os fluxos disparam para os 25.000,00 milhões de Euros. Tal poderá ser explicado pela assinatura da PE e pela expansão da economia brasileira. Em 2008 e 2009 os fluxos caem drasticamente, mais uma vez, como resultado da crise internacional, assumindo em 2010, 2011 e 2012 um comportamento mais ou menos homogéneo.

No quadro das relações entre o Brasil e Portugal, verifica-se, através do Gráfico 5, que os fluxos de IDE português no Brasil assumem valores negativos em 2002, recuperando em 2003 assumindo, mais ou menos, um comportamento homogéneo, com algumas variações, durante o resto do período analisado. No que diz respeito aos fluxos de IDE brasileiro em Portugal, através do Gráfico 6, percebe-se uma tendência regular até 2010, ano em que começam a diminuir e, em 2012 assumem valores negativos. Em

2013 os fluxos aumentam exponencialmente, atingindo os 3.500 milhões de Euros, o que poderá ser explicado pelo recente investimento e aquisição de empresas portuguesas.

Quanto ao comércio entre estes países, verifica-se pela análise da Tabela 5, que 2008 e 2011 foram os anos em que o Brasil mais exportou para Portugal, com um total de, respetivamente, 1.793,30 e 1.851,38 milhões de Euros, sendo que os anos de 2001 e 2002 correspondem aos que menos exportou. De entre os produtos exportados, os que apresentam valores mais altos são os agroalimentares e os energéticos e os mais baixos metais não ferrosos e os não especificados. Através da Tabela 6, representada pelas exportações de Portugal para o Brasil, verifica-se que 2012 e 2013 foram os anos que Portugal mais exportou para o Brasil e 2002 e 2003, os que menos exportou.

O grupo dos produtos agroalimentares é sempre o que apresenta maiores valores no período analisado, podendo ser explicado, em parte, pelo *comércio da saudade*, ou seja, pela compra de produtos portugueses como o vinho e o azeite, por parte dos emigrantes no Brasil e dos imigrantes brasileiros que, entretanto, devido à situação económica frágil portuguesa, acabaram por regressar ao Brasil. Este grupo de pessoas pode representar grande parte da fatia das exportações portuguesas para o Brasil.

Assim, e através do Gráfico 7, é perceptível que as exportações de Portugal para o Brasil, na totalidade do período analisado, assumem um comportamento crescente e constante, não sendo afetadas pela crise internacional.

No que concerne às exportações do Brasil para Portugal, verifica-se também uma tendência crescente, muito embora em 2008 e 2009 os valores caem abruptamente, por conta da crise internacional, recuperando depois e atingindo o expoente máximo em 2011, com cerca de 1.800,00 milhões de Dólares decaindo, em 2013 para 1.000,00 milhões de Dólares. Conclui-se que em 2013, curiosamente, o total das exportações

brasileiras para Portugal é coincidente com o total das exportações portuguesas para o Brasil.

7. CONCLUSÕES

Em 2007 as relações UE-Brasil atingiram o seu auge, com a assinatura da PE. A UE decidiu considerar o Brasil como o seu oitavo Parceiro Estratégico, o que se deveu, fundamentalmente, à assunção, pelo Brasil, de um papel relevante no sistema internacional, fruto do seu acelerado crescimento económico, considerado parte integrante dos BRICs e potência regional, ao mesmo tempo que partilha, com a UE valores políticos essenciais como a democracia, os direitos humanos e a cidadania.

Não obstante, a PE não promoveu grandes alterações no comportamento dos fluxos de comércio e IDE entre as partes. Com efeito, no período em análise, é perceptível um aumento nas relações comerciais, porém, nos últimos anos, ainda que a UE seja o principal parceiro comercial do Brasil, as diferentes escolhas estratégicas têm vindo a diminuir o interesse mútuo no estímulo às relações económicas bilaterais. Verifica-se, ainda assim, que a UE investe mais no Brasil do que o contrário e que em 2007, ano da assinatura da Parceria, os fluxos de IDE do Brasil na UE nunca foram tão altos, representando cerca de 25.000,00 milhões de Euros, decaindo para níveis perto de zero, no ano seguinte, decorrente da crise económica internacional.

Por um lado, o Brasil tem vindo a priorizar as suas relações comerciais com a China que, como analisado, aumentaram significativamente no período, nomeadamente no que diz respeito à importação de produtos agroalimentares e siderúrgicos do Brasil e exportação de produtos químicos, mecânicos e eletrónicos da China. Por outro lado, a UE possui mais nove parceiros estratégicos, sendo que muitos deles assumem uma enorme importância comercial, desviando o foco europeu do Brasil.

Torna-se deste modo evidente que o comportamento dos fluxos comerciais e de IDE entre as partes não foram significativamente alterados em função da PE. Na verdade, a mais-valia desta assume-se no fomento do diálogo de alto nível entre o Brasil e a UE, seguindo uma tendência global de integração. Isto significa que, procurando dar resposta ao propósito desta Dissertação, conclui-se que a hipótese central deste trabalho é contrariada, sendo a pergunta de partida respondida pela negativa.

Mais, a presença de uma crise económica internacional, com as dimensões da recentemente vivida, abala por completo todo o aparelho económico dos Estados, sendo que a UE e o Brasil não são exceção. Não existe ainda consistência temporal para poder concluir ou perspetivar sobre as relações de comércio e de IDE entre as partes, uma vez que a ocorrência da crise e consequente quebra do comércio internacional, logo após a assinatura da PE, acabou por perturbar a evolução dos resultados.

Assim, a PE UE-Brasil, mais do que um ponto de partida, pode ser vista como a formalização de uma vontade antiga para a institucionalização das relações entre as partes, para que assim tais relações possam prosperar.

Foi possível, no entanto, alcançar os objetivos propostos e, do mesmo modo, verificar as restantes hipóteses. Afinal, se a PE UE-Brasil não alterou, no período em estudo, o comportamento dos fluxos de comércio e IDE entre as partes, pode dizer-se que a primeira hipótese é verdadeira, uma vez que se conclui, efetivamente, que a principal motivação da UE em fazer do Brasil seu Parceiro Estratégico foi o seu reconhecimento como país de grande importância nos contextos regional e global.

Por outro lado, a principal motivação do Brasil de Lula, em plena ascensão, foi de facto, a projeção do país, designadamente em termos de poder, aumentando a sua credibilidade no sistema internacional, tornando a segunda hipótese igualmente verdadeira.

Quanto à terceira, que destaca o papel impulsionador de Portugal na assinatura da PE, pode dizer-se que é verdadeira, porém, com o decorrer do estudo, é perceptível que a PE UE-Brasil, mesmo sem a sua interferência, ter-se-ia efetivado de igual forma, uma vez que o Brasil e a UE já o aspiravam há muito tempo. Portugal apenas foi um facilitador nas negociações, atendendo à proximidade cultural e linguística com o Brasil e à sua vocação europeísta.

Por fim, no respeitante à última hipótese, conclui-se que a mesma se considera verdadeira, no sentido em que a PE em nada afeta o rumo das negociações no seio da CPLP. Pelo contrário, se bem aproveitadas, as relações económicas e políticas poderão progredir no futuro. A partir da triangulação Portugal-Brasil-UE só poderá, porém, efetivar-se uma quadrangulação Portugal-Brasil-UE-CPLP se houver vontade política em progredir numa verdadeira integração económica na CPLP, sendo que esta, em si, não prejudica a PE UE-Brasil.

As limitações do presente estudo prendem-se, na sua grande maioria, com a dificuldade na pesquisa e utilização das bases de dados escassas ou, em alguns casos, inexistentes. O objetivo inicial era a observação da evolução das variáveis, comércio e IDE, em dois momentos: entre os anos 2000 e 2007 - sete anos antes da PE ser assinada - e entre 2007 e 2014 - sete anos depois da PE ser assinada, porém a recolha das informações, através das bases de dados, não se mostrou consistente durante todo o período, tendo-se optado pela análise nos períodos referidos no capítulo seis. Toda a restante pesquisa, à exceção da referida, foi elaborada sem limitações significativas.

BIBLIOGRAFIA

Amal, M. & Seabra, F. (2007). Determinantes do Investimento Direto Externo (IDE) na América Latina: Uma Perspectiva Institucional. *Revista Economia*, Volume 8 (n.2) Maio/Agosto, 231-247.

Amaral, S. S. (1995). Meio ambiente na agenda internacional: comércio e financiamento. *Estudos Avançados*, Volume 23, (n.23), 237-246.

Andriolli, A. P. (2010). *UNISUL*. [Em linha] Disponível em: http://unisul.br/wps/wcm/connect/864bb953-6f8e-47a9-880d-f8df8ea14ec4/artigo_a-parceria-estrategica-brasil-uniao-europeia_2-spi.pdf?MOD=AJPERES [Acesso em 2015/07/20].

Antunes, M. L. (2008). Balanço da Presidência Portuguesa da UE: Presidência em balanço. *Instituto Português de Relações Internacionais*, (n.17) Março, 1-10.

Ashman, D. (2001). Civil society collaboration with business: bringing empowerment back in. *World Development*, Volume 29 (n.7) 1097-1113.

Ash, T. G. (2012). The Crisis of Europe. *Foreign Affairs*. Setembro/Outubro.

Becard, D. S. R. (2011). O que esperar das relações Brasil-China?. *Revista de Sociologia e Política*, Volume 19, Novembro, 31-44.

Cervo, A. (2012). *A Parceria Inconclusa - As relações entre Brasil e Portugal*, 1ª Ed. Belo Horizonte: Fino Traço.

Cervo, A. (2009). *O Brasil e a União Européia*, Brasília: Thesaurus.

Cervo, A. & Lessa, A. (2014). O declínio: inserção internacional do Brasil 2011-2014. *RBPI*, Volume 57 (n.2) 133-151.

Dri, C. (2009). As estratégias por trás da parceria estratégica Brasil-União Européia. *Meridiano 47*, (n.111) Outubro, 17-18.

Farias, R. (2013). Parcerias estratégicas: marco conceitual. In: Lessa, A. and Oliveira, H., (Eds.) *Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais*, 1ª Ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 15-35.

Ferreira-Pereira, L. (2008). Portugal e a Presidência da União Europeia (1992-2007). *Relações Internacionais*, (n.20) Dezembro, 131-143.

Gratius, S. (2013). A UE e suas “parcerias estratégicas” com os BRICS. *Cadernos Adenauer* Volume XIX (n.1), Abril, 147-158.

Guimarães, S. (2006). *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Harrigan, K. (1996). *Managing for Joint Venture Success*, 4ª Ed. New York: Lexington, Mass. u.a.: Heath 15-22.

Hont, I. (2006). Jealousy of trade: international competition and the nation-state in historical perspective. *Journal of British Studies*. Volume 45 (n. 4) Outubro, 941-943.

Itamaraty (2007). *União Europeia*. [Em linha]. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5812:uniao-europeia&catid=155&lang=pt-BR&Itemid=478. [Acesso em: 2015/07/17].

Kleinberg, R. (1999). Strategic alliances: state-business relations in Mexico under neo-liberalism and crisis. *Bulletin of Latin American Research*. Volume 18 (n.1) 71-87.

Lazarou, E. & Fonseca, C. (2013). O Brasil e a União Europeia: a Parceria Estratégica em busca de significado. Em: Lessa, A and Oliveira, H., (Eds.) *Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais*, 1ª Ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 91-118.

Lessa, A. (2009). Dos entusiasmos de emergência à singularização do diálogo: as relações Brasil-União Europeia no marco da construção da parceria estratégica. *Proceedings of Encontro Nacional ABRI-ISA*.

Lessa, A. (2013). O Brasil e as origens do Mercado Comum Europeu: diplomacia, comércio e conflito nas origens do processo europeu de integração (1957-1958). *Boletim Meridiano* 47, Volume 14 (n.135) 34-40.

Lessa, A. & Oliveira, H. (2013). Introdução. In: Lessa, A and Oliveira, H., (Eds.) *Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais*, 1ª Ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 9-12.

Mendonça, A. (2012). As dimensões da crise económica e financeira atual: A economia global, a Europa e Portugal. In: Silva, J.R., Mendonça, A., Romão, A. and Costa, F., (Eds.) *Portugal, a Europa e a crise económica e financeira internacional*. Coimbra: Almedina, 81-158.

Mendonça, António (2006). Globalização económica, economia global e o papel da CPLP Texto de Apoio à disciplina de *Sistema Financeiro Internacional*. Mestrado em Economia Internacional e Estudos Europeus 2013-2014. ISEG-Universidade de Lisboa.

Ministério das Relações Exteriores - Itamaraty (2007). *União Europeia*. [Em linha] Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5812:uniao-europeia&catid=155&lang=pt-BR&Itemid=478 [Acesso em 2015/07/20].

Moreira, A. (2005). *Teoria das Relações Internacionais*, 5ª Ed. Coimbra: Almedina.

Nunes, S. (2007). *Portugal - Brasil: verdades e consequências para o século XXI*. [Em linha]. Disponível em: http://janus.ual.pt/janus.anuario/2007/2007_1_12.html [Acesso em: 2015/06/02]

Oliveira, I. (2007). A Ordem Económico-Comercial Internacional: Uma Análise da Evolução do Sistema Multilateral de Comércio e da Participação da Diplomacia Económica Brasileira no Cenário Mundial. *Contexto Internacional*, Volume 29 (n.2) 217-272.

Oliveira, M. & Souza, D. (2011). O discurso securitário da Parceria Estratégica Brasil – União Europeia. *Meridiano 47*, Volume 12 (n.124) 16-21.

O'Neill, J. (2001). Building Better Global Economic BRICs. *Global Economics Paper*, (n.66), Novembro.

Pangarkar, N. & Klein, S. (2001). The Impacts of Alliance Purpose and Partner Similarity on Alliance Governance. *British Journal of Management*, Volume 12 (n.4) 341-353.

Patrício, R. (2009). As relações Entre a União Europeia e a América Latina - O Mercosul neste enquadramento. In: E. C. Martins, & M. G. Saraiva. (Eds.) *Brasil - União Europeia - América do Sul: Anos 2010-2020*, 1ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer 62-77.

Patrício, R. (2016) . The Relationship between Brazil and the European Union: Converging interests and divergent strategies. *Revista Brasileira de Política Internacional* Ano 59 (n.1) UnB: Brasília DF, *no prelo*. Exemplar gentilmente cedido pela autora.

Pimentel, A. (2009). *Empresas Brasileiras na China : Estratégia e Gestão*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Rodrigues, J. I. (2015). *Desarrollando Ideas - Llorente & Cuenca*. [Em linha]. Disponível em: http://www.desarrollando-ideas.com/wp-content/uploads/sites/5/2015/04/150420_articulo_brasil_UE_BR.pdf [Acesso em 2015/08/26].

RTP (2007). *RTP* [Em linha] Disponível em: http://www.rtp.pt/noticias/economia/portugal-promove-cimeira-uebrasil-a-04-de-julho-em-lisboa_n84909 [Acesso em: 01/09/2015].

Saraiva, M. (2010). A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalismo pragmático x autonomistas. *ARI* (n.46).

Saraiva, M. (2014). Os limites da Parceria Estratégica Brasil-União Europeia nos planos inter-regional e multilateral. *Anuario de Integración - EULAC Foundation* (n.10) 399-420.

SILVA, J. R. (2006). O investimento directo estrangeiro. In António Romão, Org. *A Economia Portuguesa 20 Anos após a Adesão*. Coimbra: Almedina, 491-518.

Silva, K. (2011). A Parceria Estratégica entre o Brasil e a União Europeia: Convergências e divergências da agenda bilateral. *Proceedings of the 3rd ENABRI 2011 3º Encontro Nacional ABRI 2011*.

Trein, F. & Cavalcanti, F. G. (2007). Uma análise crítica do acordo de associação estratégica entre a União Europeia e a América Latina e o Caribe - A Cúpula de Viena. *Revista Brasileira de Política Internacional* Volume 50 (n.1) 66-85.

UNCTAD (2013). *Foreign Direct Investment*. [Em linha]. Disponível em: [http://unctad.org/en/Pages/DIAE/Foreign-Direct-Investment-\(FDI\).aspx](http://unctad.org/en/Pages/DIAE/Foreign-Direct-Investment-(FDI).aspx) [Acesso em: 2015/08/07].

União Europeia (2008). *BRAZIL-EUROPEAN UNION STRATEGIC PARTNERSHIP JOINT ACTION PLAN* [Em linha]. Disponível em: http://eeas.europa.eu/brazil/docs/2008_joint_action_plan_en.pdf [Acesso em: 2015/08/19].

Whitman, R. & Rodt, A. P. (2014). Relações UE-Brasil: uma parceria estratégica?. *A União Europeia alargada em tempos de novos desafios* 121-142.

ANEXOS

Tabela 1: Produtos mais exportados (verde) e menos exportados (amarelo) do Brasil para a UE 28 no período de 2001 a 2013 (Milhões de Dólares)

Produtos	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total	14.846,35	14.625,44	18.302,25	23.602,19	26.693,70	30.900,23	40.254,55	46.818,15	32.506,96	38.993,44	49.426,79	43.128,67	39.247,24
Energéticos	201,48	256,27	602,19	575,87	951,51	1.305,57	1.759,48	3.036,40	1.585,47	2.586,51	3.212,43	3.558,93	2.407,73
Agroalimentares	7.203,76	6.999,62	8.612,22	10.494,06	10.780,68	11.285,79	15.873,38	18.096,00	15.029,92	14.620,28	18.189,70	16.661,26	16.226,07
Têxteis	813,12	826,52	909,87	1.061,24	1.107,42	1.300,79	1.561,83	1.589,06	1.054,42	1.241,82	1.265,04	1.043,33	1.153,25
Papel, Madeira	972,18	1.077,72	1.329,19	1.633,54	1.817,92	2.092,03	2.579,02	2.665,71	1.992,19	2.718,50	2.558,28	2.289,44	2.241,63
Químicos	997,57	1.052,32	1.410,08	1.633,74	1.914,38	2.371,76	3.011,50	4.085,91	3.077,92	3.366,99	4.012,16	3.730,17	3.488,48
Siderúrgicos	1.650,27	1.710,30	2.196,66	3.093,62	4.082,81	4.989,98	6.420,36	8.110,44	3.693,89	7.043,22	10.771,61	7.876,31	6.675,97
Metais não ferrosos	559,61	493,52	642,88	1.057,39	1.191,31	2.147,62	2.834,82	2.637,48	1.032,66	1.840,77	2.727,21	1.920,37	1.945,95
Mecânicos	1.372,50	1.154,97	1.544,61	2.397,12	2.408,65	2.619,80	3.000,55	2.842,19	2.591,80	2.974,48	3.058,80	2.976,89	2.505,44
Veículos	291,46	257,35	313,41	395,21	906,34	1.098,27	1.328,28	1.780,00	984,44	852,88	515,95	351,76	374,49
Elétricos	177,01	201,99	284,30	387,64	454,04	529,53	596,44	606,25	417,16	414,67	495,56	430,64	411,29
Eletrônicos	206,46	216,74	232,86	493,23	606,91	563,89	383,63	398,66	286,52	307,39	334,42	289,89	303,70
Não especificados	400,93	378,11	223,99	379,53	471,72	595,20	905,26	970,06	760,56	1.025,94	2.285,64	1.999,67	1.513,25

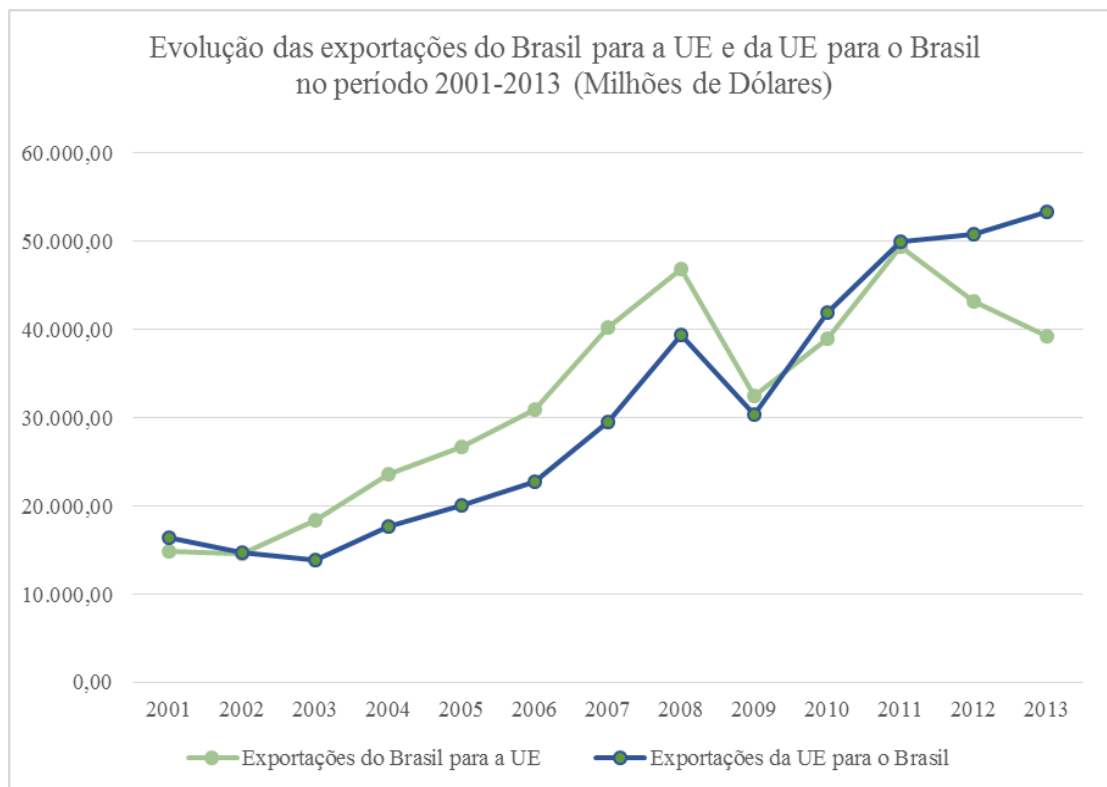
Fonte: Elaboração própria com base em dados da Chelem.

Tabela 2: Produtos mais exportados (verde) e menos exportados (amarelo) da UE 28 para o Brasil no período 2001-2013 (Milhões de Dólares)

Produtos	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total	16.392,88	14.772,40	13.918,07	17.691,96	20.026,90	22.790,84	29.440,66	39.307,99	30.370,45	41.924,21	49.882,67	50.765,57	53.387,14
Energéticos	379,10	289,84	168,03	265,40	289,22	422,77	657,82	831,75	436,83	1.411,29	1.733,89	2.885,26	2.034,30
Agroalimentares	495,23	474,38	542,31	538,48	605,45	786,95	989,17	1.263,10	1.171,08	1.522,90	1.819,11	1.892,96	2.054,95
Têxteis	253,93	213,59	203,36	256,87	276,85	321,13	398,97	445,81	344,38	427,75	506,88	566,90	563,78
Papel, madeira	574,90	488,69	456,85	585,97	650,54	790,77	1.025,04	1.220,76	976,42	1.405,89	1.566,17	1.622,78	1.657,56
Químicos	3.396,03	3.316,14	3.729,42	4.688,44	4.878,95	5.362,85	6.835,95	9.002,40	8.257,70	10.601,59	12.219,52	13.084,57	14.119,77
Siderúrgicos	296,42	281,01	304,26	314,58	529,27	713,51	826,76	1.276,42	994,97	1.363,80	1.368,14	1.467,90	1.382,83
Metais não ferrosos	299,25	243,01	248,57	330,86	366,79	519,04	622,60	762,02	439,33	622,13	770,15	725,21	710,51
Mecânicos	5.051,97	5.248,46	3.955,39	5.146,86	6.294,47	7.347,09	10.086,70	13.256,36	9.154,54	12.401,78	15.461,11	15.159,17	16.464,22
Veículos	1.526,05	1.354,68	1.489,53	1.797,55	2.220,77	2.417,65	3.092,56	4.381,48	3.122,44	4.973,25	6.017,15	4.808,03	6.344,52
Elétricos	1.215,10	925,71	804,79	1.047,58	1.182,95	1.431,15	1.708,34	2.259,60	2.040,61	2.750,32	3.416,17	3.282,37	3.193,83
Eletrônicos	1.991,13	1.238,89	1.337,40	1.968,36	2.028,04	1.894,68	2.127,48	2.956,39	2.358,86	2.980,60	3.549,34	3.308,06	3.540,42
Não especificados	913,76	697,99	678,16	751,01	703,62	783,25	1.069,26	1.651,91	1.073,28	1.462,91	1.455,05	1.962,34	1.320,46

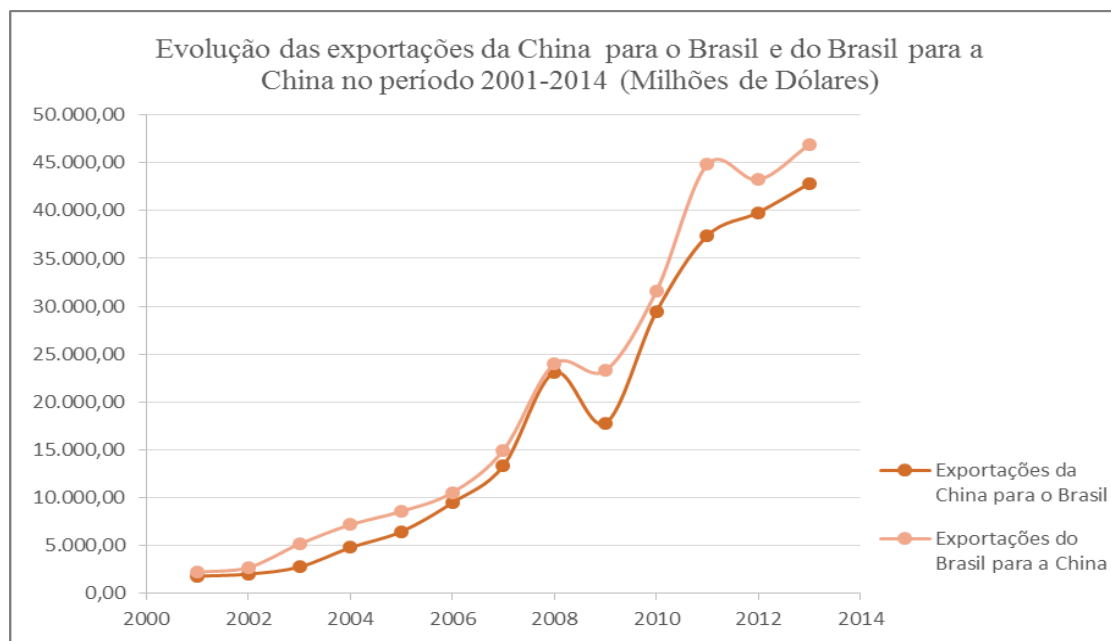
Fonte: Elaboração própria com base em dados da Chelem.

Gráfico 1: Evolução das exportações do Brasil para a UE e da UE para o Brasil no período 2001-2013 (Milhões de Dólares). Os dados da UE são relativos à UE 25 até 2003 e UE 27 de 2004 em diante.



Fonte: Elaboração própria com base em dados da Chelem.

Gráfico 2: Evolução das exportações da China para o Brasil e do Brasil para a China no período 2001-2014 (Milhões de Dólares). Os dados da UE são relativos à UE 25 até 2003 e UE 27 de 2004 em diante.



Fonte: Elaboração própria com base em dados da Chelem.

Tabela 3: Produtos mais exportados (verde) da China para o Brasil no período 2001-2013. (Milhões de Dólares)

Produtos	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total	1.767,23	1.982,17	2.728,87	4.757,03	6.426,13	9.443,17	13.318,64	23.065,75	17.748,53	29.418,51	37.364,65	39.811,57	42.839,10
Energéticos	149,29	245,86	345,23	539,43	290,82	228,48	522,81	1.218,88	108,49	349,28	442,46	218,02	205,17
Agroalimentares	23,98	34,47	32,55	40,79	79,12	100,79	135,73	314,14	262,11	542,59	676,53	739,56	917,74
Têxteis	213,87	226,56	314,15	591,55	746,72	1.110,34	1.535,86	2.243,33	2.004,86	3.164,83	4.403,94	4.621,18	4.979,22
Papel, Madeira	120,81	104,62	114,49	233,60	296,79	431,69	559,84	919,13	905,09	1.383,86	1.888,25	2.360,79	2.258,24
Químicos	292,28	312,65	412,05	636,62	851,29	1.156,96	1.955,64	3.250,30	2.406,83	3.570,68	5.198,16	5.647,13	6.493,35
Siderúrgicos	10,14	10,21	15,78	36,54	83,85	142,03	477,31	929,38	470,50	1.487,77	1.318,56	1.157,15	1.313,97
Metais não ferrosos	17,44	13,94	16,80	31,63	38,90	63,96	99,51	187,43	101,13	229,29	345,55	272,31	291,78
Mecânicos	148,87	140,66	187,68	331,07	556,75	1.048,39	1.615,44	3.102,37	2.504,21	4.778,88	5.871,95	6.949,61	7.485,11
Veículos	17,83	30,40	41,10	113,13	144,69	229,40	409,17	822,12	452,01	827,00	1.651,46	1.367,85	1.217,39
Elétricos	287,31	189,38	307,94	544,51	734,30	1.105,67	1.598,97	2.415,76	2.111,03	3.369,08	4.058,11	4.536,05	5.270,67
Eletrônicos	483,33	670,99	938,61	1.653,47	2.595,94	3.816,00	4.392,39	7.634,62	6.398,32	9.679,73	11.477,76	11.900,60	12.359,10
Não especificados	2,10	2,43	2,50	4,70	6,95	9,45	15,96	28,28	23,92	35,53	31,93	41,32	47,36

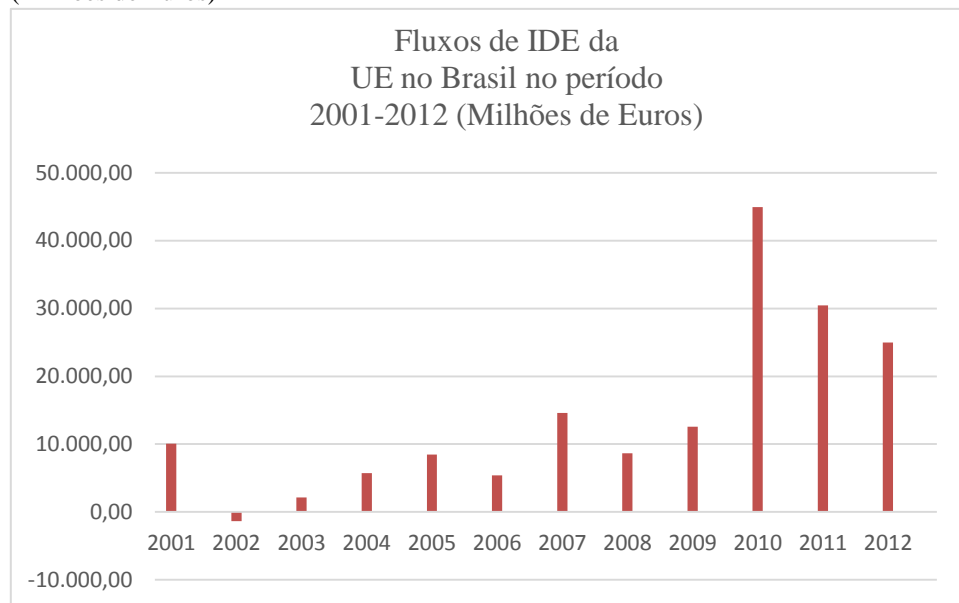
Fonte: Elaboração própria com base em dados da Chelem.

Tabela 4: Produtos mais exportados (verde) do Brasil para a China no período 2001-2013 (Milhões de Dólares)

Produtos	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total	2.186,68	2.671,49	5.132,88	7.147,28	8.546,01	10.515,67	14.943,88	23.969,62	23.275,65	31.558,58	44.828,65	43.235,16	46.905,02
Energéticos	39,87	0,05	23,96	412,96	573,15	850,76	935,86	1.798,68	1.538,91	4.054,01	4.884,06	4.839,74	4.034,92
Agroalimentares	739,14	1.146,36	1.961,54	2.604,35	2.851,79	3.356,06	4.305,58	7.609,01	7.481,09	9.618,50	14.703,16	16.091,68	20.527,07
Têxteis	73,44	107,66	179,76	288,23	360,45	493,88	588,56	498,72	356,50	469,95	506,54	558,85	672,09
Papel, Madeira	144,30	145,34	317,70	300,20	297,20	410,18	456,83	748,29	1.144,71	1.224,51	1.409,95	1.324,19	1.682,00
Químicos	124,23	168,35	244,62	262,61	333,94	409,55	502,91	441,35	673,62	638,64	878,37	923,09	867,37
Siderúrgicos	600,31	739,58	1.738,10	2.597,30	3.362,52	4.232,69	7.255,23	11.489,81	10.455,57	13.909,72	20.485,13	17.198,93	16.547,70
Metais não ferrosos	31,94	22,56	88,18	154,51	261,14	211,04	405,75	530,46	839,56	792,12	607,80	668,11	1.291,96
Mecânicos	188,81	142,17	264,17	311,97	337,52	345,72	344,71	685,43	562,38	668,23	1.093,11	1.332,36	686,13
Veículos	168,01	103,78	214,86	116,46	63,54	65,38	47,41	30,11	16,88	21,87	27,61	45,18	37,70
Elétricos	33,52	57,20	53,76	45,56	45,70	59,14	54,75	51,88	57,47	47,57	61,02	77,77	84,31
Eletrônicos	38,74	31,82	38,39	39,92	49,26	70,53	34,82	73,83	126,60	83,07	128,15	137,22	111,04
Não especificados	4,37	6,62	7,84	13,22	9,80	10,75	11,49	12,05	22,35	30,38	43,75	38,04	362,72

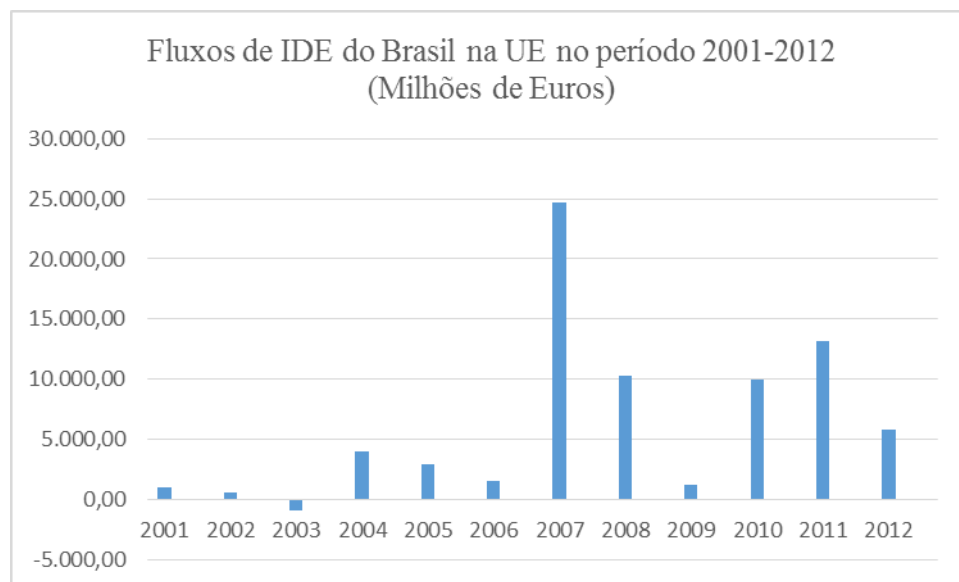
Fonte: Elaboração própria com base em dados da Chelem.

Gráfico 3: Evolução dos fluxos de IDE da UE 28 para o Brasil no período 2001-2012 (Milhões de Euros)



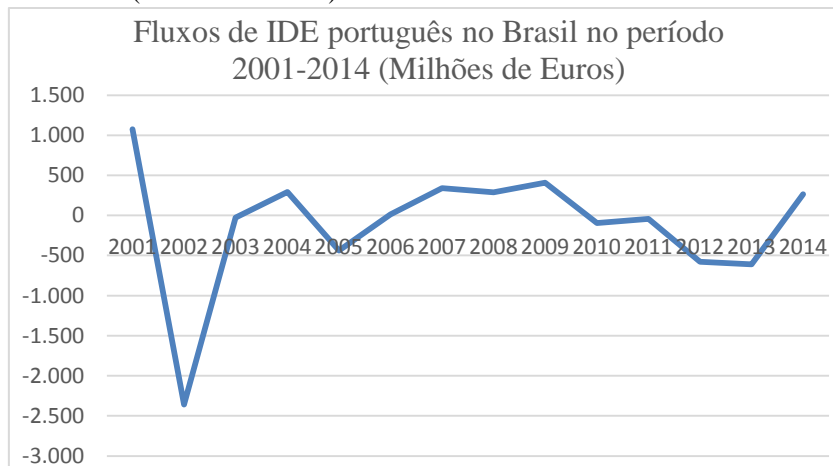
Fonte: Elaboração própria com base em dados da Eurostat.

Gráfico 4: Evolução dos fluxos de IDE do Brasil para a UE 28 no período 2001-2012 (Milhões de Euros)



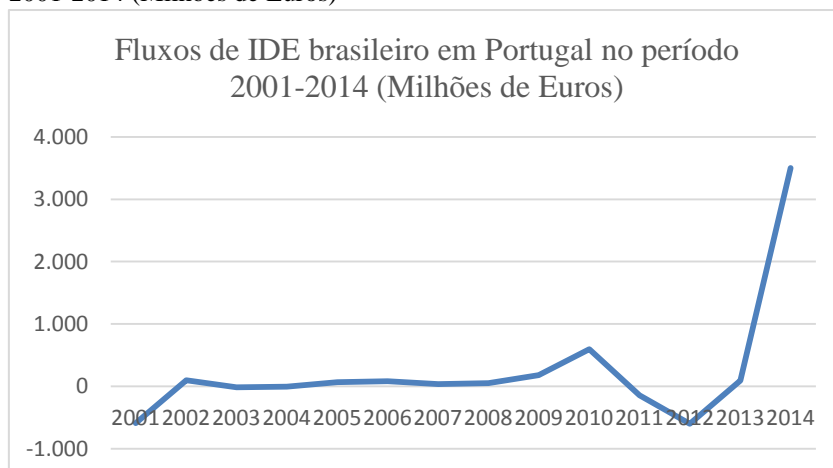
Fonte: Elaboração própria com base em dados da Eurostat.

Gráfico 5: Evolução dos fluxos de IDE de Portugal para o Brasil no período 2001-2014 (Milhões de Euros)



Fonte: Elaboração própria com base em dados da AICEP.

Gráfico 6: Evolução dos fluxos de IDE do Brasil para Portugal no período 2001-2014 (Milhões de Euros)



Fonte: Elaboração própria com base em dados da AICEP.

Tabela 5: Produtos mais exportados (verde) e menos exportados (amarelo) do Brasil para Portugal no período 2001-2013 (Milhões de Dólares)

Produto	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total	429,99	545,05	656,76	931,02	1.080,27	1.394,28	1.677,06	1.793,30	1.087,40	1.254,86	1.851,38	1.672,63	1.044,37
Energéticos	31,87	141,37	177,65	232,37	370,57	665,04	596,21	716,10	409,26	568,71	1027,11	939,35	204,30
Agroalimentares	225,63	230,73	240,49	363,05	315,47	350,48	624,15	719,65	393,56	447,92	506,99	508,57	596,59
Têxteis	82,61	77,70	81,90	73,28	58,69	54,05	58,82	54,41	37,90	37,37	39,03	32,81	41,20
Papel, Madeira	18,35	21,04	28,63	41,53	34,37	36,40	38,15	33,75	23,91	22,04	22,27	18,25	19,56
Químicos	16,74	20,31	30,97	42,57	56,45	50,23	95,98	81,37	66,53	80,36	92,80	90,23	66,75
Siderúrgicos	9,92	16,52	40,80	116,18	115,79	130,44	147,53	89,09	97,38	31,77	99,88	16,86	9,28
Metais não ferrosos	0,18	0,02	0,10	0,60	3,26	15,74	25,18	8,96	3,58	0,86	0,06	3,19	0,35
Mecânicos	30,91	27,18	34,90	39,99	81,83	46,94	56,89	57,76	31,00	42,96	39,72	41,17	74,94
Veículos	4,90	3,93	8,24	6,59	8,70	6,16	4,67	3,67	2,56	1,49	1,36	3,04	4,30
Elétricos	3,19	2,44	8,73	8,77	11,87	13,87	20,38	19,35	15,98	16,34	17,29	13,77	16,93
Eletrônicos	3,90	2,54	2,90	4,25	4,10	5,66	5,90	7,64	4,41	3,58	3,65	4,51	9,47
N.D.A. (Não especificados)	1,79	1,27	1,44	1,84	19,17	19,25	3,20	1,56	1,33	1,46	1,22	0,87	0,70

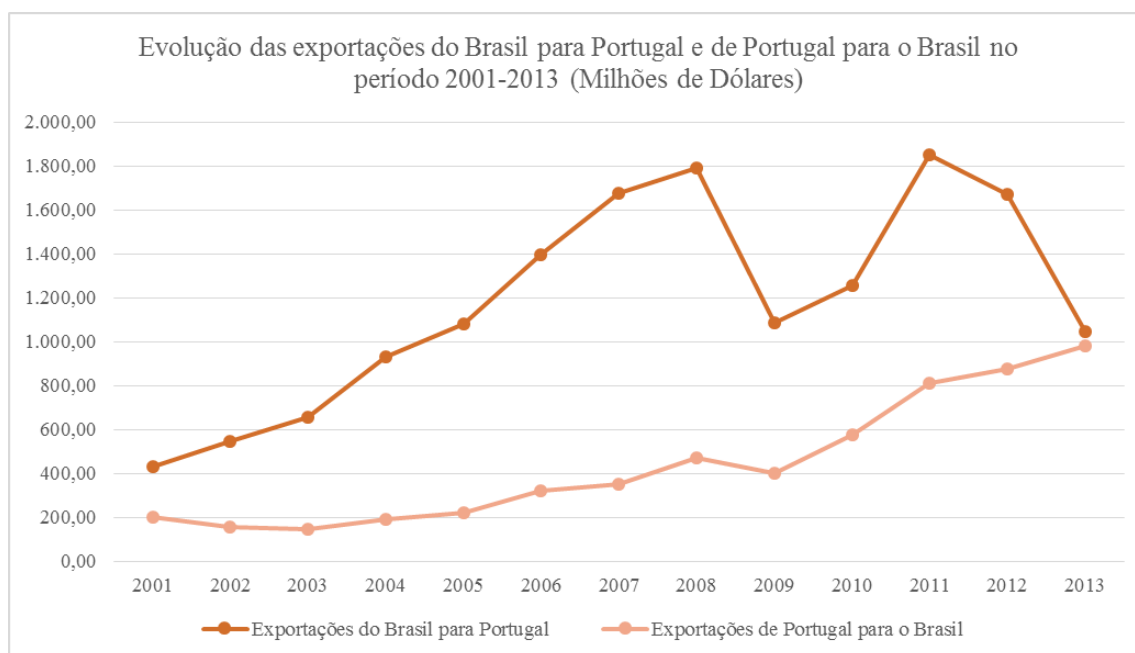
Fonte: Elaboração própria com base em dados da Chelem.

Tabela 6: Produtos mais exportados (verde) e menos exportados (amarelo) de Portugal para o Brasil no período 2001-2013 (Milhões de Dólares)

Produto	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total	201,11	154,69	146,20	191,86	220,39	319,26	351,57	468,18	401,25	575,94	811,04	873,53	981,10
Energéticos	3,28	8,51	12,50	13,08	14,47	27,34	14,84	14,34	5,12	16,45	57,58	52,14	44,77
Agroalimentares	66,77	53,49	62,19	79,72	106,88	154,41	195,31	228,58	209,57	295,41	359,41	373,81	413,34
Têxteis	12,26	7,43	4,62	5,84	6,96	8,92	13,11	12,84	15,90	17,95	30,72	23,04	24,77
Papel, Madeira	11,26	8,16	8,17	8,23	9,57	12,15	14,57	16,40	16,49	17,31	24,80	24,83	24,02
Químicos	19,94	18,22	17,31	17,82	27,57	33,10	51,27	65,65	40,83	60,16	103,46	91,35	102,64
Siderúrgicos	1,70	0,30	0,20	0,64	0,24	0,48	1,06	0,69	2,50	12,17	17,02	61,15	31,34
Metais não ferrosos	11,37	5,27	6,14	21,57	20,91	44,05	1,10	45,59	31,40	22,36	51,00	25,06	47,67
Mecânicos	30,09	26,95	12,35	15,83	16,82	20,96	31,17	50,90	47,89	63,74	116,97	143,10	209,53
Veículos	2,55	2,89	2,06	4,04	5,03	2,98	4,66	4,12	3,26	6,24	8,09	7,65	15,92
Elétricos	29,30	14,91	8,09	10,59	6,60	6,30	9,50	10,16	9,29	51,25	21,89	41,53	37,61
Eletrónicos	3,57	3,08	2,69	3,02	3,43	7,33	13,83	18,17	15,72	12,39	17,20	28,35	29,13
N.D.A. (Não especificados)	9,01	5,47	9,88	11,50	1,92	1,24	1,13	0,73	3,28	0,51	2,89	1,51	0,36

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Chelem.

Gráfico 7: Evolução das exportações do Brasil para Portugal e de Portugal para o Brasil no período 2001-2013 (Milhões de Dólares)



Fonte: Elaboração própria com base em dados da Chelem.